

Comissão Central de Pós-
Graduação
CCPG



Ata
407^a Reunião
Ordinária

9/08/2023

Sala do CONSU

1 **ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA (407ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-**
2 **GRADUAÇÃO.** Aos nove de agosto de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala de Reuniões
3 do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão
4 Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a
5 Presidência da Professora Doutora RACHEL MENEGUELLO e com o comparecimento dos
6 seguintes Membros: Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE), Aurelio Ribeiro Leite de Oliveira
7 (IMECC), Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Claudio Chrysostomo Werneck (IB), Daniel Albiero
8 (FEAGRI), Elayne Rohem Peçanha (Representante Discente IQ), Enelton Fagnani (FT), José
9 Guilherme Cecatti (FCM), Liliana de Oliveira Rocha (FEA), Maiane Junqueira Teixeira Neto
10 (Representante Discente FEEC), Marcelo Lancellotti (FCF), Marco Lucio Bittencourt (FEM), Marcos
11 Julio Rider Flores (FEEC), Marko Synesio Alves Monteiro (IG), Matheus Alves Albino
12 (Representante Discente – IFCH), Mauro Cardoso Simões (FCA), Nashieli Cecilia Rangel Loera
13 (IFCH), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Pedro Maciel Guimarães Junior (IA), Renata Cristina
14 Gasparino (FENF), Renato Barroso da Silva (FEF) Rosângela Ballini (IE), Savio Souza Venâncio
15 Vianna (FEQ), Tiago Zenker Gireli (FECFAU), Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP) e Yeda
16 Endrigo Rabelo de Carvalho (Representante Discente – IFCH). Justificaram ausência o Prof. Luiz
17 Fernando Bittencourt (IC) e Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG). Estiveram presentes
18 Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG), Sr. Fernandy Ewerardy de Souza
19 (Coordenador DAC), Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da PRPG), Sra. Silvana Milanin Mendes
20 (Coordenadora de Serviços PRPG), Sra. Marli Padovan de Souza (Coordenadora de Serviços
21 PRPG), Sra. Juliana Cristina Barandão (AT da CCPG) e Sra. Bárbara de Almeida (Estagiária
22 CCPG). A **Sra. Presidente** deu boas-vindas aos novos membros da CCPG, que eram o Prof. Daniel
23 Albiero (coordenador da FEAGRI) e o Prof. Antônio Carlos Rodrigues de Amorim (coordenador da
24 FE). Em seguida, submeteu à apreciação do plenário a Ata da Quadragésima Sétima (407ª) Sessão
25 Ordinária da CCPG, realizada em 09/08/2023. Perguntou se alguém tinha comentários ou
26 observações. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** solicitou a correção da
27 página 12, linha 17. Informou que eram 10 programas no IFCH, não 3. A **Sra. Presidente** submeteu
28 à aprovação da referida Ata, com a correção solicitada, que foi aprovada com 04 abstenções.
29 Passando para a Ordem do Dia, informou que a Mesa destacava os itens 1 e 2. Perguntou se havia
30 mais algum destaque ou observação. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** pediu
31 destaque ao item 3. A **Sra. Presidente** colocou em votação os itens não destacados da Pauta, que
32 foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 4. CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA**
33 **COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - CCPG (2024).** CCPG – Fls. 39 – 40 (Deliberação
34 CCPG Nº 42/2023). **ITEM 5. RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS ESTRANGEIROS. a) PROC. Nº**

1 01 – P21143/2023. IC – HERVÉ CEDRIC YVIQUEL – “Docteur” – Université Rennes I (França). Fls.
2 41 a 52 (Deliberação CCPG Nº 43/2023). **ITEM 6. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO**
3 **DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a)** Para homologação da aprovação *ad referendum* da
4 CCPG de 07/07/2023. PROC. Nº 22-P-26954/2023 (d). IG – Oferecimento da seguinte disciplina
5 como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2023: GG068 – “Development and
6 the Socio-Environmental Question: Theory and Political Criticism”– turma A (a ser ministrada em
7 Inglês). Carga Horária Total: 60 horas (4 créditos). Período: 2º semestre de 2023. Oferecimento:
8 Professor Participante Temporário: Antonio Augusto Rossoto Ioris (Cardiff University, Reino Unido).
9 Fls. 53 a 63 (Deliberação CCPG Nº 44/2023). **b)** Para homologação da aprovação *ad referendum*
10 da CCPG de 07/07/2023. PROC. Nº 22-P-26954/2023 (d). IG – Oferecimento da seguinte disciplina
11 como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2023: GG069 – “Competências
12 Digitais para a Construção de Pesquisas e Projetos Científicos em Geografia” – turma A. Carga
13 Horária Total: 60 horas (4 créditos). Período: 2º semestre de 2023. Oferecimento: Professor
14 Participante Temporário: Mara Rute dos Santos Lima Hercelin (Centro D'études Avancees en
15 Éducation Pour le Developpement Durable, França). Fls. 64 a 75 (Deliberação CCPG Nº 45/2023).

16 **ITEM 7. EXTINÇÃO DOS CURSOS DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DA SAÚDE DA**
17 **FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS (FCM).** PROC. Nº 01-P-2466/2007. FCM – Parecer
18 favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 76 a 83
19 (Deliberação CCPG Nº 46/2023). **ITEM 8. EXTINÇÃO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO**
20 **PROFISSIONAL NA ÁREA DA SAÚDE UNICAMP DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS**
21 **(FCM).** PROC. Nº 02-P-8685/2019. FCM – Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile
22 Tambourgi (Assessor da PRPG) à extinção dos Cursos de Cursos de Especialização Profissional
23 aprovados pela Del. CONSU 91/2019. 1) Administração em Unidades de Alimentação Hospitalar;
24 2) Laboratório Clínico; 3) Terapia Nutricional para Nutricionistas; 4) Lípides; 5) Atendimento à Saúde
25 da Mulher e do recém-nascido; 6) Atendimento ao Acidentado de Trabalho; 7) Atendimento ao
26 Paciente com Tuberculose; 8) Atendimento ao Paciente Portador do Vírus HIV; 9) Ciências Sociais
27 em Saúde; 10) Desenvolvimento Infantil: Linguagem e Surdez; 11) Diagnóstico Microbiológico e
28 Imunológico de Micoses Endêmicas e Oportunistas; 12) Enfermagem em Oncologia e Tratamento
29 Antineoplásico; 13) Fisioterapia Aplicada à Ortopedia e Traumatologia; 14) Fisioterapia em
30 Neurologia Infantil; 15) Fisioterapia em Pediatria; 16) Fisioterapia nas Disfunções
31 Cardiorrespiratórias; 17) Fisioterapia em Unidade de Terapia Intensiva Adulto; 18) Fonoaudiologia
32 e Saúde Auditiva; 19) Fonoaudiologia Aplicada a Neurologia Infantil; 20) Fonoaudiologia na Área de
33 Surdez; 21) Fonoaudiologia Pediátrica; 22) Genética Molecular e Citogenética; 23) Hemoterapia;
34 24) Microbiologia e Parasitologia Clínica Aplicada à Atenção Primária à Saúde; 25) Microbiologia e

1 Parasitologia Clínica Aplicada à Atenção Secundária e Terciária à Saúde; 26) Nutrição em
2 Hematologia e Oncologia; 27) Nutrição em Pediatria; 28) Nutrição Hospitalar; 29) Ouvidoria
3 Hospitalar; 30) Patologia Clínica; 31) Práticas e Políticas Sociais na Área da Saúde e Reabilitação;
4 32) Psicologia Clínica em Neurologia Infantil; 33) Psicologia Clínica na Saúde Reprodutiva da
5 Mulher; 34) Psicologia do Desenvolvimento e Deficiência; 35) Psicologia do Desenvolvimento:
6 Atendimento à Crianças e Adolescentes; 36) Psico-Oncologia; 37) Psicopedagogia Aplicada à
7 Neurologia Infantil; 38) Reabilitação em Atividades de Vida Diária; 39) Reabilitação em Saúde
8 Ocular; 40) Serviço Social e Saúde Mental; 41) Serviço Social em Incapacidades Neurológicas:
9 Prevenção e Assistência; 42) Serviço Social em Oncologia; 43) Serviço Social em Pediatria; 44)
10 Serviço Social, Família e Reabilitação na Área da Saúde; 45) Serviço Social, Saúde e
11 Envelhecimento; 46) Serviço Social, Saúde e Violência ; 47) Surdez: Desenvolvimento e Inclusão;
12 48) Terapia Ocupacional e Reabilitação; 49) Toxicologia Analítica; 50) Toxicologia para
13 Enfermeiros. Fls. 84 a 92 (Deliberação CCPG Nº 47/2023). **ITEM 9. ACORDOS: a) ACORDO DE**
14 **PROGRAMA DE COTUTELA DE MESTRADO ENTRE A UNICAMP (FCA) E A NATIONAL**
15 **RESEARCH UNIVERSITY “HIGHER SCHOOL OF ECONOMICS” (RÚSSIA). PROC. Nº 36P-**
16 **28993/2023 (d). FCA – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli**
17 **(Assessora da PRPG). Fls. 93 a 138 (Deliberação CCPG Nº 48/2023). b) ACORDO**
18 **INTERINSTITUCIONAL A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP E A UNIVERSIDADE DE AVEIRO**
19 **(PORTUGAL), NO ÂMBITO DO PROGRAMA ERASMUS+. PROC. Nº 01-P-31508/2023. PRPG –**
20 **Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG).**
21 **Fls. 139 a 161 (Deliberação CCPG Nº 49/2023). c) ACORDO COTUTELA ENTRE A UNICAMP (IC)**
22 **E A UNIVERSIDAD DEL CAUCA (COLÔMBIA) – SR. EDWIN FERNEY CASTILLO QUINTERO.**
23 **PROC. Nº 34-P-21985/2023. IC – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna**
24 **Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 162 a 184 (Deliberação CCPG Nº 50/2023).**
25 **DESTAQUES DE MESA: ITEM 2. CRIAÇÃO DO DOUTORADO ACADÊMICO NO PROGRAMA**
26 **DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E DE**
27 **MANUFATURA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS. PROC. Nº 36-P- 48099/2022 (d).**
28 **FCA – Fls. 8 a 24 (Deliberação CCPG Nº 40/2023). ITEM 3. CALENDÁRIO ESCOLAR DOS**
29 **CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (2024). PROC. Nº 01-P-28007/2023 (d). DAC – Fls. 25 a 38**
30 **(Deliberação CCPG Nº 41/2023). ITEM 1. INSTRUÇÃO NORMATIVA CCPG Nº 01/2023 QUE**
31 **DISPÕE SOBRE O ACÚMULO DE BOLSAS COM A ATIVIDADE REMUNERADA OU OUTROS**
32 **RENDIMENTOS. PRPG – Fls. 7 (Deliberação CCPG Nº 39/2023). A Sra. Presidente disse que**
33 **todos conheciam a portaria 133, da CAPES, que permitia, agora, o acúmulo de bolsas com outras**
34 **fontes de rendimento. Disse que queria colocar em discussão a proposta e a própria visão da PRPG**

1 sobre aquela medida da CAPES. Por um lado, aquilo facilitaria a vida de vários alunos, visto que,
2 mesmo com o reajuste, as bolsas não tinham alcançado um valor razoável. Parecia que o razoável
3 seria o valor suficiente para manter o aluno dedicado integralmente à pós-graduação, mas nem a
4 CAPES nem a CNPq tinham chegado àquilo. Achava que aquilo poderia ter um impacto imediato
5 interessante para os alunos de vários programas, mas, por um lado, acreditavam que, a médio e
6 longo prazo, seria problemático para a pós-graduação, pois mudaria o seu perfil de atividade e do
7 trabalho de doutorado que sempre tinham entendido em termos históricos. A pós-graduação era um
8 momento em que você se dedicava integralmente à pesquisa e produzia algo original, uma
9 colaboração ou uma contribuição importante para o conhecimento das próprias áreas. Achava que
10 deveriam discutir aquele problema e ter uma opinião sobre ele. Por outro lado, disse que ficavam
11 preocupados com a própria instituição e com a cobertura dos alunos, pois, embora as bolsas
12 pudessem ser acumuladas com rendimento, a cobertura de bolsas não era boa. Fazendo os últimos
13 levantamentos, tinham, atualmente, em média 40% de cobertura dos alunos que estavam na fase.
14 Reforçou que não eram todos os alunos que eram colocados naquele cálculo, pois alguns já tinham
15 trabalho e renunciavam à bolsa. Era um número não exato, mas temiam que não conseguissem
16 aumentar a cobertura com aquela medida. Por isso, a instrução normativa sugeria que aquilo
17 estivesse sob responsabilidade dos programas. Disse que a instrução normativa era muito clara ao
18 dizer que os programas seriam autônomos para fazer a liberação do rendimento com a bolsa, mas
19 tinham proposto que o acúmulo só fosse permitido pela coordenação ou pela comissão do programa
20 quando ele não tivesse nenhum outro aluno descoberto e precisando da bolsa. Poderia haver alunos
21 que, apesar de receberem bolsa, tivessem outro rendimento. Eram muitas as possibilidades, porque
22 as bolsas não eram para 100% dos alunos. Era uma instrução que gostariam de apresentar para
23 todos e, também, propor que os programas informassem à PRPG, para terem o registro. Não era
24 para supervisionar, mas queriam saber a cobertura que teriam com aquelas bolsas, já que era
25 permitido o acúmulo. Gostariam de saber quem, de fato, usava a bolsa, além de quem estava
26 usando a bolsa junto com outro rendimento etc. A discussão tinha o objetivo de estabelecer, como
27 norma da universidade, que o acúmulo de bolsas ocorresse quando o programa não tivesse alunos
28 descobertos. Passou a palavra para o Prof. Valentim. O conselheiro **Prof. Valentim Adelino**
29 **Ricardo Barão (FOP)** cumprimentou a todos e disse que, quando a CAPES tinha colocado a
30 Portaria, tinham discutido a questão na CPG. Também tinham tido a visão de que ficar a cargo do
31 programa poderia ser um problema às vezes, pois, dentro da própria FOP, tinham programas muito
32 distintos. No entanto, tinham chegado à conclusão de que, realmente, aquela seria a saída para
33 proverem a bolsa em concomitância com o trabalho, caso todos os alunos que necessitassem da
34 bolsa a tivessem. Além disso, tinham discutido a carga horária do trabalho. Sabiam que a FAPESP

1 já liberava aquilo há um bom tempo, mas uma carga horária de 8 horas era inconcebível. Ainda não
2 tinham chegado em um consenso em relação à carga horária que estabeleceriam como limite, mas
3 achava que também era algo a se pensar. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que a
4 ideia de tentarem definir algum indicador para a carga horária já tinha surgido, mas as áreas eram
5 muitos distintas e os trabalhos também. A Pró-Reitoria não conseguiria fazer aquilo como uma
6 instrução normativa para todos, mas achava que era um ponto importante para cada programa
7 debater. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inácio Ramos (IQ)** cumprimentou a todos e disse
8 que aquela discussão tinha começado recentemente em um grupo de coordenadores dos
9 programas de pós-graduação de Química. Nem todos os coordenadores tinham se manifestado
10 ainda, mas, aparentemente, havia um consenso que ia na mesma direção que tinha sido colocada.
11 Até tinha havido a sugestão de uma redação que dizia: “enquanto houver, no Programa de Pós-
12 Graduação em Química, discentes não bolsistas em regime de dedicação exclusiva que não
13 possuam qualquer rendimento pago por instituição pública ou privada, bem como salário ou
14 provento de nenhuma fonte, não será permitido o acúmulo de bolsa e vínculo empregatício para
15 nenhum aluno regularmente matriculado”. Ou seja, iria na direção de atender os alunos que não
16 tinham outra fonte de renda. Na verdade, não dava para darem bolsas para todos os alunos, pois a
17 cobertura era muito baixa. Disse que já tinha mencionado aquilo, mas, ao menos nos programas de
18 Química, estava havendo uma redução. Agradeceu. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o
19 Prof. Antonio. O conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE)** cumprimentou a todos
20 e disse que tinha achado bem oportuna aquela possibilidade de conversarem coletivamente e de
21 tomarem uma decisão institucional, para não ficar a cargo de cada programa. Depois que, a partir
22 do momento em que a Portaria tinha sido socializada, pelo menos no seu programa, vários e várias
23 estudantes já tinham se manifestado para se inscrever. Ou seja, ela nem estava em vigor, mas
24 havia aquela pressão. Achava que a decisão de priorizar quem não tinha o vínculo era uma solução
25 institucional bastante interessante. Para a Faculdade de Educação, não sabia se iria facilitar ou
26 dificultar, porque faziam um processo de classificação e de atribuição das bolsas de mestrado e
27 doutorado que tinha, como base, mérito. Aquela era a indicação do porquê a bolsa tinha de ser
28 atribuída. No entanto, se a pessoa tinha sido aprovada no programa com um mérito de nota e
29 houvesse empate, a variação era por acesso socioeconômico. Na classificação, a pessoa que tinha
30 trabalho ou não era comparada com uma pessoa na mesma situação. Então, na atribuição da bolsa,
31 a pessoa tinha que renunciar ao trabalho, porque, até então, era o que regia a bolsa. Depois de
32 atribuída, era permitido um acúmulo de até 20h por semana, porque era o contrato mínimo de
33 professor do Estado, por exemplo, que não era contratado efetivamente, mas que fazia um trabalho
34 temporário. Aquilo já acontecia na Faculdade de Educação, e tinha dúvidas de como iriam tentar

1 resolver a situação de priorizar quem não tinha vínculo e de colocar aquilo como um critério. O
2 critério poderia, em certo sentido, afetar a classificação socioeconômica, porque parecia que, tendo
3 um vínculo, o aluno ganhava mais. Disse que não necessariamente era assim, porque poderia haver
4 diversas situações, como o caso de um aluno que recebesse mesada dos pais ou tivesse dinheiro
5 guardado na poupança, por exemplo. Achava ótima a decisão coletiva, mas teriam que se organizar
6 de outra maneira, porque não sabia se conseguiriam estabelecer aquilo mantendo os critérios
7 socioeconômicos, que eram um ponto forte. Agradeceu. A **Sra. Presidente** comentou que nunca
8 conseguiriam controlar aquelas múltiplas situações, como quem recebia mesada dos pais ou tinha
9 outro rendimento. Por conta disso, a CAPES tinha permitido o acúmulo, mas delegado a
10 responsabilidade para o programa e para a instituição. A CAPES, tão preocupada com as
11 assimetrias do país, criaria assimetrias maiores, internas às instituições. Era aquilo que tinha os
12 preocupado: as assimetrias internas e institucionais que a CAPES criava quando jogava a
13 responsabilidade para os programas. Havia aquela outra Portaria que permitia que houvesse
14 acúmulo caso o aluno tivesse um estágio ou um trabalho na profissão, mas agora era uma liberação
15 mais ampla. Disse que talvez o Prof. José pudesse falar alguma coisa, pois, na Medicina, havia um
16 perfil diferente do trabalho e do envolvimento. Passou a palavra para a Profa. Nashieli. A conselheira
17 **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** cumprimentou a todos e disse que, assim que a
18 Portaria tinha saído, tinham recebido uma série de perguntas sobre ela no IFCH, - especialmente
19 do programa de História, que era o maior que tinham - visto que estavam, inclusive, sobrando
20 bolsas. Quando a Portaria tinha saído, muitos alunos que tinham recusado a bolsa estavam
21 pedindo-a de volta. Achava que precisariam de uma base nos institutos e nas faculdades, mas o
22 que a estava preocupando eram os rumores de judicialização, pois os programas tinham autonomia
23 para implementar e para indicar os bolsistas. Queria saber qual era a posição da Pró-Reitoria e se
24 conseguiriam colocar, de alguma forma, aquela iniciativa nos regimentos dos programas ou em
25 algum documento, por exemplo, que tivesse a indicação de que o programa tinha a autonomia e os
26 seus critérios. Seria uma iniciativa para tentar proteger os programas também, porque já tinham
27 ouvido rumores, no corpo discente, da possibilidade de judicializar caso não fossem contemplados
28 no acúmulo de bolsas. A **Sra. Presidente** disse que teriam que dar conta de colocar alguns
29 regulamentos ou regras que definissem aquilo. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)**
30 cumprimentou a todos e disse que gostaria de dizer que estava muito contente e honrado de estar
31 no colegiado de pós-graduação. Para ele, seria um grande aprendizado. Disse que tinha sido
32 coordenador de extensão por quatro anos e agora seria de pós-graduação. Reforçou o que o Prof.
33 Antonio havia dito sobre a questão dos critérios, que era sua dúvida também. Perguntou quais
34 seriam os critérios para ter, ou não, uma pessoa remunerada recebendo a bolsa. Claro que iriam

1 discutir em sua comissão, mas, para ele, era um ponto pacífico que o estudante profissional, aquele
2 que só vivia de bolsa, tinha que vir primeiro, como estava escrito no documento. No entanto, tinham,
3 na FEAGRI, algumas especificidades em relação àquilo. Exemplificou que, lá, havia pessoas que
4 estavam em empresas e que não queriam bolsas. Havia pessoas que tinham deixado as empresas
5 para se tornarem estudantes profissionais, mas que não queriam bolsa porque já tinham ganhado
6 dinheiro vendendo *commodities*. Então, aquele aluno não precisava, mas poderia querer a bolsa.
7 Achava que, assim como o professor tinha falado, cada unidade teria sua especificidade, mas
8 achava que teriam que ter um norte do colegiado e da pró-reitoria, a fim de se protegerem da
9 questão da judicialização. Retomou a fala da Profa. Nashieli e disse que, no caso da FEAGRI, não
10 estava sobrando bolsas, mas vagas. O que a professora tinha falado era interessantíssimo para a
11 FEAGRI. Disse que dava uma disciplina de final de curso na graduação que tinha entre 70 e 60
12 alunos e, na primeira aula, perguntava quantos já estavam com estágio remunerado, ao que 80%
13 respondiam afirmativamente. Era o agronegócio. Daqueles que já estavam remunerados, 50% já
14 estavam contratados como engenheiros. Então, os alunos formados na FEAGRI e os seus alunos
15 de iniciação científica, que eram dois atualmente, não queriam fazer mestrado. Havia uma
16 dicotomia: era bom e ruim. Tinham que ter um critério muito claro para não serem injustos e, ao
17 mesmo tempo, aquilo era legal, porque iria possibilitar que o aluno que gostava de pesquisa
18 conseguisse trabalhar e ganhasse o dinheiro dele. Era uma forma de deixar a pós-graduação mais
19 atrativa. Não sabia das outras unidades, mas tinham muita dificuldade de segurar os bons alunos
20 na FEAGRI. O pessoal da USP, da Esalq e das UNESPs estava com o mesmo problema.
21 Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra para a Sra. Cláudia. A **Profa. Cláudia**
22 **Vianna Maurer Morelli (FCM)** cumprimentou a todos e disse que, em relação ao questionamento
23 da Profa. Nashieli, estavam propondo colocar, no Art. 3º da Instrução Normativa, que os critérios de
24 acúmulo deveriam estar muito claros, justamente para evitar aquelas questões. Os critérios tinham
25 de estar muito claros, constar no edital e na página, inclusive o critério do tempo, visto que um
26 programa poderia, de repente, decidir que queria dar bolsa de um ano para acúmulo e, depois, rever
27 aquele acúmulo. Havia múltiplas situações em que os programas poderiam se ater, mas achava
28 que o Art. 3º se colocava, justamente, em direção à colocação da Profa. Nashieli. A **Sra. Presidente**
29 comentou que tinham feito, na pós-graduação, um levantamento de bolsas ociosas, que eram
30 muitas. Tinha quase certeza de que a CAPES tinha aqueles dados, pois ela tinha decidido, a partir
31 de um levantamento no país, que poderia haver acúmulo, visto que, justamente, havia bolsas
32 sobrando. A ociosidade poderia derivar de várias coisas, como, por exemplo, de não terem
33 preenchido a vaga e, por isso, não poderem ficar com a bolsa. Era uma demanda dos reitores para
34 a CAPES, através do Conselho Nacional de Educação, na Câmara do Ensino Superior, de que as

1 instituições tivessem uma autonomia maior para gerir os recursos. Ou seja, caso a instituição
2 soubesse que determinado programa estava precisando de duas bolsas, por exemplo, e tivesse
3 três vagas ociosas, não poderiam fazer aquilo, porque, senão, perderiam aquele recurso e ele nunca
4 mais iria voltar. Eles nem podiam passar de um programa para outro. Aquela era uma demanda que
5 a CAPES não tinha respondido ainda, mas informou que a PRPG tinha feito o levantamento e tanto
6 os PROEX quanto os PROAP tinham bolsas ociosas. Em boa parte das vezes, aquele programa
7 estava esperando a próxima seleção. Então, a bolsa estava guardada, não ociosa. Ela estava sem
8 uso porque seria usada na seleção seguinte. No entanto, não tinham como ter aquela clareza. Havia
9 uma ociosidade das bolsas na universidade e, ao mesmo tempo, aquela pressão. Além disso,
10 sabiam que somente 40% tinham cobertura, o que era um grande contrassenso, que não davam
11 conta de suprir. Passou a palavra para o Prof. Cláudio. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo**
12 **Werneck (IB)** cumprimentou a todos e disse que sua preocupação era justamente a questão da
13 cobertura, que era baixa. Disse que participava de um curso em que a CAPES só contemplava 30%
14 dos alunos com bolsa, mas era a máxima cobertura que iriam adquirir como curso. A segunda coisa
15 era que, como ele vinha de uma unidade que tinha vários cursos com diferentes notas, as bolsas
16 ociosas estavam justamente nos cursos que não tinham nota 6 e 7. Por isso, quando criavam aquela
17 regra de não ter aluno precisando de bolsa, tendo aquela cobertura de 100% dos alunos, achava
18 que iriam tornar o caminho mais difícil para os cursos que estavam em dificuldade. Não sabia se
19 sua visão era pessimista ou não, mas queria trazê-la para a discussão. A **Sra. Presidente**
20 respondeu que não tinha aquele dado exato de todos os programas, mas não eram todos que
21 tinham bolsas ociosas, pois era tudo muito desigual. Havia programas que não tinham bolsas
22 ociosas e que sabiam que estavam sempre demandando. Reforçou que estava falando de bolsas
23 CAPES, pois poderia ser o caso de o programa possuir bolsas ociosas por ter ganhado a mais, mas
24 com alunos recebendo bolsa FAPESP. Nesse caso, não iriam abdicar da FAPESP para ganhar a
25 bolsa CAPES. Também havia programas com muitas bolsas ociosas por demanda baixa, ou por
26 guardar para a seleção seguinte. Eram inúmeras situações, que não tinham como controlar, e, por
27 isso, vinha aquela pressão. A pressão não precisaria ser necessariamente por conta daqueles
28 pontos, mas porque os alunos queriam ter acúmulo de bolsas. O conselheiro **Prof. José Guilherme**
29 **Cecatti (FCM)** cumprimentou a todos e disse que acreditava que uma parte da responsabilidade
30 por aquela nova Portaria da CAPES era, justamente, para dar conta da quantidade de alunos
31 querendo fazer pós-graduação em cursos bem avaliados. Na área da Saúde, tinham uma
32 característica própria, que era a quantidade de alunos que tinham atividades fora, mas sem vínculo
33 empregatício. Eles trabalhavam como pessoas jurídicas, dando plantões nos vários prontos-
34 socorros, hospitais e clínicas. Portanto, não tinham como contabilizar nem comprovar aquilo e, por

1 isso, no momento de fazer a verificação para saber se o aluno tinha algum rendimento adicional, a
2 decisão ficava à cargo da capacidade investigativa do programa. Aquilo contava, às vezes, com a
3 própria colaboração do interessado para poderem tomar uma decisão. Então, embora concordasse
4 completamente com o que estava escrito nos artigos, seria difícil terem um parâmetro escrito que
5 pudesse ajudar na comprovação da existência da outra remuneração. Aquele aporte financeiro, que
6 não era vínculo empregatício expresso, era a maior parte dos casos do seu programa, por exemplo.
7 Em seu programa, no momento da entrevista, procuravam fazer um esquadramento de todas as
8 atividades extras, a fim de poderem ter um certo *ranking*, mas aquilo não estava escrito em lugar
9 nenhum. Era uma atividade que estava longe de ser normatizada como deveria, a fim de não criarem
10 nenhuma injustiça para nenhum dos lados. A **Sra. Presidente** perguntou se, na FCM, em seus
11 vários programas, havia alunos que se dedicavam exclusivamente à pós-graduação sem bolsa. O
12 conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** respondeu afirmativamente. Lembrou que, na
13 FCM, boa parte dos alunos não era composto por médicos, mas por biólogos, terapeutas,
14 enfermeiros etc. Eles eram multiprofissionais, ou seja, havia várias áreas da saúde participando.
15 Era verdade, sim, que a maior parte daqueles que tinham dedicação exclusiva não eram de
16 formação médica. A **Sra. Presidente** perguntou se a residência respondia à outra dinâmica e se
17 era de outro ministério. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** respondeu
18 afirmativamente. A maior parte das bolsas se concentrava para os não médicos. A **Sra. Presidente**
19 disse que os médicos iam para a pós-graduação, que poderia ser o caso que o professor havia
20 mencionado, ou para a residência, que era outra bolsa do Ministério da Saúde. Passou a palavra
21 para o Prof. Aurélio. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** cumprimentou
22 a todos e disse que lhe parecia consenso que o documento da PRPG iria ajudar os programas.
23 Naquele sentido, comentou que o documento seria bom e que estava de acordo, pois iria ajudar os
24 programas do IMECC, com certeza. Disse que já havia a Portaria anterior que permitia o acúmulo,
25 desde que o aluno conseguisse fonte de renda depois de entrar no programa. Exemplificou que um
26 bolsista do PICME, do IMECC, tinha passado em um concurso e o programa tinha concedido o
27 acúmulo para ele, porque a bolsa PICME não era do programa, mas da CAPES. Então, ele não
28 estaria prejudicando nenhum outro aluno do programa e mantinha a bolsa PICME. Por isso, solicitou
29 sugestões na redação, pois, talvez, fosse o caso de falar “Bolsa CAPES do programa”, e não só
30 “Bolsa CAPES”. A **Sra. Presidente** disse que, naquele caso, era da mesma instituição e da mesma
31 agência. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que era da mesma
32 agência e por isso, as Bolsas CAPES do programa não contavam. Como havia um bolsista PICME,
33 era uma bolsa a mais para o programa. A **Sra. Presidente** disse que, então, aquele aluno não
34 poderia acumular com a bolsa do programa. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira**

1 **(IMECC)** respondeu que não, mas estava descrito, na norma, “Bolsa CAPES”. Sugeriu que fosse
2 escrito “Bolsa CAPES do programa”. A **Sra. Presidente** disse que quem tinha outra bolsa da
3 CAPES não poderia acumular com outra bolsa do programa. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro**
4 **Leite de Oliveira (IMECC)** disse que sabia, mas ele poderia acumular, na visão do programa, a
5 bolsa PICME com o salário. Da forma como estava na redação, parecia que estava proibindo aquilo.
6 Por isso, talvez fosse o caso de escrever “Bolsa CAPES do programa”. Era só algo de redação
7 complementar. Caso o programa entendesse que poderia acumular, os bolsistas PICME não iriam
8 alterar nada para o programa, pois era a CAPES quem iria financiar, não era o programa quem iria
9 reservar uma bolsa. A **Sra. Presidente** disse que tinha entendido, era só algo complementar. O
10 conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que havia outro caso. Não sabia
11 se dava para fazer uma redação, porque era mais particular. Quando um programa perdia bolsa, a
12 CAPES não a retirava imediatamente, mas pegava uma das bolsas já atribuídas. Assim, quando o
13 prazo da bolsa terminasse, deixaria de existir. O seu programa tinha diminuído e aumentado nos
14 últimos quatro anos, o que tinha tornado tudo uma confusão. Tinha acontecido, naquele ano, de um
15 bolsista conseguir uma segunda fonte de renda, e o programa não tinha permitido que ele
16 acumulasse bolsa. No entanto, tinham verificado que, se tirassem a bolsa do aluno, ela deixaria de
17 existir. Por isso, o programa tinha permitido o acúmulo da bolsa, visto que não iria conseguir
18 aproveitá-la para outro aluno. Sabia que era um caso muito especial, mas queria levantar a questão,
19 pois ocorreriam casos que seriam difíceis de prever. Não sabia se daria para fazerem uma redação
20 um pouco mais geral. A **Sra. Presidente** disse que era uma situação muito específica, porque
21 aquela perda iria ocorrer de qualquer maneira. Não era a ideia do acúmulo que iria possibilitar mudar
22 aquela situação e, por isso, não sabia se conseguiriam colocar aquilo em uma instrução geral. O
23 conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que concordava. Era só para
24 levantar a questão. Agradeceu. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** cumprimentou
25 a todos e disse que a Sra. Cláudia tinha comentado que os programas poderiam verificar aquela
26 questão da periodicidade e da concessão. Questionou se não seria o caso de explicitarem aquilo.
27 Na situação de um programa que tivesse um ingresso, duas bolsas sobrando e ninguém com outra
28 fonte de recurso, por exemplo, o programa poderia contemplar dois alunos que tivessem outra fonte
29 de recurso. Caso, dali a dois meses, o aluno perdesse o emprego, teriam um aluno sem bolsa e
30 sem renda dentro da pós-graduação. Ele não iria conseguir continuar, porque tinha perdido o
31 emprego, sendo que o programa tinha concedido, anteriormente, uma bolsa CAPES para outro
32 aluno com emprego. Achava justo que pudessem rever aquela concessão a qualquer momento e,
33 naquele caso específico que tinha mencionado, tirar de um aluno e dar para outro que tinha perdido
34 o emprego. Disse que, se houvesse alguma regra que desse um respaldo daquela periodicidade de

1 revisão da concessão de bolsa para um aluno que já possuía vínculo, seria muito mais fácil de tomar
2 uma decisão, visto que os programas tinham outras questões. Era um orientador com outro
3 orientador. A **Sra. Presidente** disse que poderia ser uma boa ideia. Claro que não iriam dar conta
4 de prever as oscilações da economia nacional e do mercado de trabalho, mas talvez pudessem
5 colocar algum capítulo, item ou parágrafo que dissesse que a revisão da concessão de bolsas em
6 situação de acúmulo ocorreria a cada seis meses, por exemplo. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker**
7 **Girelli (FECFAU)** afirmou que, mesmo que escolhessem manter a bolsa de um aluno, pelo menos
8 teriam feito a reavaliação. A **Sra. Presidente** disse que a revisão já existia, ou seja, havia a
9 possibilidade de reavaliar e, então, manter ou retirar a bolsa. No entanto, achava muito complicado
10 para o coordenador do programa rever a bolsa em um prazo menor do que aquilo, como a cada
11 dois meses, por exemplo. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** disse que já ajudava,
12 pois conseguiriam dar um horizonte para a pessoa. A **Sra. Presidente** disse que ficaria: “a revisão
13 da concessão de bolsas do programa em situação de acúmulo deverá ocorrer a cada seis meses”.
14 A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** cumprimentou a todos e disse que tinha uma
15 dúvida sobre um comentário que tinha saído na notícia do portal gov.br, mas que achava que não
16 estava na Portaria. Na explicação da notícia do portal gov.br, estava dito, sobre a vantagem daquela
17 decisão: “a alteração pode atrair pesquisadores da região norte, nordeste e centro-oeste, com um
18 acúmulo de auxílio CAPES, e complementação de uma fundação estadual de amparo a pesquisa,
19 FAP, ou outra organização, por exemplo”. Não sabia se tinham visto aquilo, que estava na notícia,
20 mas não tinha encontrado na Portaria. A FAP deles não concordava com aquilo nem autorizava,
21 então achava que, talvez, fosse legal que conversassem um pouco. Ao anunciar, eles tinham dito
22 que seria bom, pois favoreceria Norte, Nordeste e Centro-oeste. O Sul e o Sudeste também tinham
23 FAP, mas tinham falado que poderia acumular com a fundação de amparo estadual. A **Sra. Cláudia**
24 **Vianna Maurer Morelli (FCM)** afirmou que poderia acumular se elas concordassem. A conselheira
25 **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** disse que sim, mas tinha criado uma confusão. Aquilo os
26 prejudicava, pois, se uma pessoa prestasse no Mato Grosso, por exemplo, ela poderia acumular a
27 bolsa da FAP e da CAPES. A **Sra. Presidente** disse que estava no parágrafo 2º, “a vedação de que
28 trata o Inciso I, que é o acúmulo de mestrado, doutorado e pós com outras bolsas nacionais, não
29 pode ser acumulada com federais (...) não se aplica aos casos de complementação de valor das
30 bolsas por outro órgão de fomento ou entidade parceira, quando previsto em acordo estabelecido
31 com aquela fundação.” Disse que a FAPESP teria que fazer um acordo com a CAPES para aquilo,
32 e não acreditava que ocorreria. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** disse que
33 tinha entendido que, se a pessoa tivesse uma bolsa FAPESP e pedisse a bolsa da CAPES também,
34 a FAPESP não deixaria, por enquanto. Mas, se fosse uma FAP de outro lugar, como Norte, Nordeste

1 e Centro-oeste, como tinham dito, eles deixariam que acumulassem as duas bolsas. Por isso,
2 tinham que conversar com a FAPESP, ou perderiam ainda mais alunos. A **Sra. Presidente** disse
3 que era aquilo que queria dizer com as assimetrias que ficavam mais amplas, pois iria depender de
4 acordos estaduais e de FAPs que tivessem recurso. Eram poucas as FAPs que tinham aquele
5 recurso. Disse que havia uma porta aberta, ali, para complementação de agência de fomento
6 científico estadual, mas era privada. Até entendiam as privadas, pois a pessoa conseguia, por
7 exemplo, uma bolsa da Fundação Ford em um projeto, durante dois anos, e podia acumular com a
8 bolsa CAPES, mas a FAP, em si, era um recurso do Tesouro Estadual. Não sabia se aquilo seria
9 viável. Perguntou à Profa. Márcia se ela tinha alguma sugestão. A conselheira **Profa. Márcia**
10 **Azevedo de Abreu (IEL)** respondeu que achava que era um tema para discutirem ali, pois havia
11 uma série de dúvidas. Junto com os colegas, iria saudar a ideia de haver uma norma geral, mesmo
12 que mínima. Aquilo ajudaria muito em suas vidas, mas ainda sobriam algumas coisas, como outra
13 bolsa, que podia ser de FAP. E, como estavam falando ali, havia empresas que davam bolsa. Não
14 era emprego, mas bolsa. A empresa topava que acumulasse e a CAPES, aparentemente, também
15 estava topando que acumulasse agora. Tinham que pensar em tudo aquilo. A **Sra. Presidente** disse
16 que tinha uma notícia para dar para todos. Informou que o Márcio, diretor científico da FAPESP,
17 viria à PRPG no dia 30 de agosto, quarta-feira, às 9h30 da manhã, naquela sala. Ele viria tanto para
18 conversar com a pós-graduação quanto com a CCPG e com os coordenadores de pesquisa das
19 unidades que pudessem vir. Já estava pronta uma pergunta para ele sobre a Portaria 133, e a ideia
20 era que fizessem uma lista de dúvidas, indagações e reclamações. Disse que o Márcio era uma
21 pessoa muito simpática e também o ex-pró-reitor de pós-graduação da USP. Por isso, entenderia
22 claramente os seus problemas. Achava que, certamente, havia limites, mas achava que teriam uma
23 boa discussão. Já tinha feito o anúncio e disse que daria prosseguimento à discussão. A **Sra.**
24 **Ellayne Rohem Peçanha (IQ)** cumprimentou a todos e disse que era uma questão muito delicada.
25 Em relação à instrução normativa que estava sendo proposta, disse que era favorável, pois entendia
26 que era uma questão de atribuição de bolsas aos ingressantes também. Porém, quando pensavam
27 em um aluno que estava querendo uma complementação da bolsa, ou seja, quando ele estava
28 procurando um emprego, questionou se ele estava se dedicando ao programa. Mas, quando ele
29 conseguia outra remuneração, já estando contemplado com a bolsa e, já estando no programa, ele
30 estava dedicado às 40h, com a complementação de 20h a mais durante a semana. No entanto, ele
31 ainda corria o risco de perder a bolsa depois de seis meses daquele emprego, porque tinha outro
32 aluno sem bolsa no programa. E, às vezes, a complementação de 20h semanais não era suficiente
33 para se manter na universidade. Disse que ficava um pouco receosa de concordar que, em 6 meses,
34 podiam rever a bolsa daquele aluno. A **Sra. Presidente** disse que entendia o que a Sra. Ellayne

1 queria dizer, mas também entendia que aquela não era uma regra cruel. A ideia era que o
2 coordenador soubesse se o trabalho em outro lugar tinha um salário razoável, pois, se o aluno
3 ganhasse 500 ou 1000 reais com o estágio, não fazia sentido perder a bolsa na revisão. Era por
4 conta disso que os programas tinham comissão. Achava que a visão de necessidade ou de
5 pertinência do acúmulo teria que ser dada pelo coordenador e pela comissão de bolsas do
6 programa. Achava que a preocupação a Sra. Ellayne fazia sentido, mas também achava que fazia
7 sentido haver alguma regra de revisão. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** achava
8 que, realmente, tinham que diferenciar, e que cabia ao coordenador. O acúmulo que era permitido
9 antes era diferente, pois o aluno tinha pegado a bolsa enquanto ainda não tinha vínculo. Aquela
10 regra não estava mudando aquilo. Havia muitos casos de alunos com pós-graduação que davam
11 aula na PUC e no Mackenzie, por exemplo, mas entendiam que ele era um bolsista com acúmulo.
12 Era diferente daquele aluno que tinha uma renda e um emprego. Exemplificou que, no seu caso, o
13 aluno poderia ser um engenheiro trabalhando em um escritório de projetos, mas que queria fazer
14 pós-graduação em estruturas. Naquele caso, ele pegaria bolsa tendo vínculo, ou seja, a bolsa
15 estaria complementando a renda dele, e não o contrário. A diferença era em relação à qual era a
16 fonte de renda principal do aluno. Entendia que o acúmulo não podia ser um emprego, senão ele
17 cairia em outra linha. Disse que, no caso do professor horista que estava fazendo pós-graduação,
18 entendiam que ele ter a oportunidade de dar aulas ia de encontro com a formação que estava
19 fazendo, pois não viraria somente um pesquisador, mas um futuro docente. Não era simplesmente
20 um trabalho profissional. A **Sra. Presidente** perguntou se o Prof. Tiago estava falando da Portaria
21 conjunta com a CAPES, CNPq, que já existia. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)**
22 respondeu que sim, sobre o acúmulo que já era permitido. Com até 20h em atividades relacionadas
23 à pesquisa e docência, o aluno recebia uma bolsa de um projeto de pesquisa que estava na mesma
24 linha. Aquilo não era novo. A **Sra. Presidente** solicitou que alguém procurasse aquela Portaria. O
25 conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** perguntou se a Portaria tinha sido revogada,
26 pois, assim, todos cairiam na nova Portaria. Então, ou diferenciavam, ou o que a nova Portaria
27 estava falando iria ficar, realmente, como um risco. A **Sra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (FCM)**
28 disse ao Prof. Tiago que aquilo poderia virar uma norma do seu programa, por exemplo. A **Sra.**
29 **Presidente** disse que queria saber se o que estava revogado era aquilo, pois não falava ali. Na
30 nova Portaria, estava escrito que: “ficam revogados o Parágrafo 2º do Art. 14, Inciso XYZ, da
31 Portaria 34 de 30 de maio de 2006”. E havia outra, que era de 14 de abril de 2010, a Portaria 76 e
32 a Portaria 34 de 30 de maio de 2006. Era o Inciso I do Art. 8º. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker**
33 **Girelli (FECFAU)** disse que era aquilo que teriam que ver, porque aquele acúmulo já existia. O
34 conselheiro **Prof. Sávio Souza Venancio Vianna (FEQ)** disse que estava escrito: “Pagamento de

1 mensalidade para manutenção, cujo valor será divulgado pela CAPES, observada a duração da
2 bolsa, como consta nesse regulamento (...) As bolsas concedidas no âmbito do DS consistem em
3 pagamentos de mensalidade para manutenção, cujo valor será divulgado pela CAPES, observada
4 a duração das bolsas, constando nesse regulamento”. Perguntou se era somente o Art. 1º. A **Sra.**
5 **Presidente** disse que, no Art. 9º, havia os vários incisos do Anexo àquela Portaria. A **Sra. Cláudia**
6 **Vianna Maurer Morelli (FCM)** disse que o Art.9 e o Inciso I se referiam à dedicação integral às
7 atividades do programa de pós-graduação, que estava sendo revogado. O 2 era “quando possuir
8 vínculo empregatício” e o 4 era “não possuir qualquer relação de trabalho com a instituição
9 promotora do programa de pós-graduação”. O 6 era “não ser aluno em programa de residência
10 médica”, o 7 era “quando servidor público, somente os estáveis poderão ser beneficiados com
11 bolsas de mestrado e doutorado”, o 8: “os servidores públicos beneficiados com bolsas de mestrado
12 e doutorado deverão permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno com um período
13 igual de afastamento”, e o 11: “não acumular a percepção de bolsas com qualquer modalidade de
14 auxílio ou bolsa de outro programa da CAPES, de outra agência de fomento pública, nacional ou
15 internacional, ou empresa pública ou privada, excetuando-se...” Eram todas as exceções. A **Sra.**
16 **Presidente** disse que tudo tinha sido revogado, ou seja, tudo podia, pelo que tinha entendido.
17 Inclusive a residência. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venancio Vianna (FEQ)** disse que a bolsa
18 tinha virado o estímulo, não a fonte de renda. A **Sra. Presidente** disse que tinha sido feita uma
19 bagunça, ao invés de buscar ter um valor decente para as bolsas. A Portaria entraria em vigência
20 em 1º de outubro. Ainda teriam tempo de fazer muitas elucubrações, a fim de darem conta daquilo.
21 Dava tempo de discutirem ali, mas, pelo que tinham visto das revogações, tudo podia. Achava
22 interessante que poderia acumular com residência, que era um recurso do Ministério da Saúde e
23 podia acumular com recurso do Ministério da Educação. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)**
24 cumprimentou a todos e disse que achava que aquela Portaria tentava facilitar algumas coisas,
25 mas, por outro lado, tentava descaracterizar outras. Achava que as discussões estavam indo bem
26 na direção do que era o perfil do aluno de pós-graduação. O perfil estava mudando e, por isso,
27 achava que teriam que colocar duas coisas na norma geral ou na norma dos programas. A primeira
28 era a quantidade de horas, pois, a seu ver, era inconcebível uma pessoa que trabalhasse 40h por
29 semana fizesse a pós-graduação. Simplesmente não dava, pois o tempo era um só. A segunda
30 coisa era que, talvez, tivessem que ter a coragem de colocar uma limitação de valores baseada,
31 talvez, em salários-mínimos. Concordava quando os colegas diziam que, se a pessoa trabalhasse,
32 ela tinha que ir para o final da fila, mas, talvez, ela ganhasse pouco. Não dava para comparar uma
33 pessoa que trabalhava e ganhava 1000 reais por mês com outra pessoa que ganhava 20 mil. Caso
34 surgisse uma oportunidade de o aluno pegar algumas aulas para complementar a renda, por

1 exemplo, ele seria penalizado e perderia a bolsa. Achava que a nova norma vinha para derrubar
2 aquele tipo de coisa. Talvez fosse o caso de a norma ter um teto e, é claro, primeiro viriam as
3 pessoas que não tinham nenhum vínculo. Aqueles tinham que ser prioridade sempre, concordava
4 plenamente. Mas, dentre os que trabalhavam, existiam diferenças que eram difíceis de serem
5 avaliadas, como os autônomos. E, com relação às bolsas sobrando, achava que era uma questão
6 de perfil. Não via problema naquilo, pois viam constantemente, no mercado de trabalho, um monte
7 de vagas para engenheiro e um monte de engenheiros sem trabalho, pois não atendiam ao perfil.
8 Então, não era porque a bolsa estava sobrando que iriam dar para qualquer pessoa, em qualquer
9 condição, ganhando salário ou não. Assim, poderiam criar um problema, pois, se a pessoa não
10 tivesse o perfil, faria um trabalho ruim ou não iria terminá-lo. Não resolveria o problema, nem estaria
11 sendo bem aplicado. Achava que, em algum momento, precisariam colocar aquelas duas métricas
12 na norma interna de cada programa ou na norma geral. A primeira era a quantidade de horas, para
13 saberem se a pessoa tinha condições, o que iria de encontro ao perfil, e a segunda era o quanto
14 ela ganhava. Além disso, também tinham que saber se a fonte de renda era suficiente ou não.
15 Pensando na graduação, disse que tinham um curso, na FT, de baixa demanda. Eram 50 vagas de
16 ingresso, mas entravam 20 alunos. Pela nova diretriz, se a pessoa não zerasse o vestibular, ela já
17 tinha direito àquela vaga, pois havia vagas ociosas. Era inconcebível que houvesse, em uma
18 universidade pública, vagas sobrando e pessoas querendo estudar. No entanto, se colocassem uma
19 pessoa sem condições, também seria ruim para ela, pois ela sofreria. Muitas vezes, não tinha o que
20 fazer, porque a pessoa não tinha o perfil, e não poderiam dizer a ela que seu lugar não era ali.
21 Achava que tinham que prezar pelo perfil. Questionou se queriam resolver o problema da bolsa ou
22 se queriam formar bons profissionais para incentivar a pesquisa e para o país crescer. Achava que
23 aquilo tinha de ser levado em conta, senão não adiantava. Infelizmente, achava que teriam que se
24 cercar um pouco para aquele negócio ser mais justo. A **Sra. Presidente** disse que, seguindo o
25 raciocínio do Prof. Enelton, iriam colocar várias regras, se aquela fosse a decisão da CCPG. Estava
26 apenas se certificando de que pudessem fazer tudo aquilo, porque se lembrava da Profa. Nashieli
27 falando que alguém iria judicializar. No entanto, o Art. 3º dizia que: “as instituições de ensino e
28 pesquisa ou os PPGs poderão regulamentar ou atualizar os critérios para permissão ou vedação
29 do acúmulo de bolsas em seus regimentos internos (...)”, observado o Art.2º, que falava sobre quem
30 poderia ter a bolsa ou não, “(...) e serão responsáveis (...)”, a PRPG, “(...) pela aplicação,
31 monitoramento e fiscalização do cumprimento do regulamento”. Cabia à PRPG fazer aquilo, se
32 quisessem. Não sabia até que ponto os alunos iriam ao Ministério Público dizer que a PRPG não
33 estava cumprindo a Portaria CAPES, mas, se estivesse escrito que faziam aquilo no regulamento
34 da Instrução Normativa, não cabia a reclamação. Sempre recebiam coisas do Ministério Público,

1 respondiam devidamente e não tinham problemas, porque, de fato, cuidavam da documentação. O
2 Prof. Enelton estava sugerindo que o acúmulo de bolsas ocorresse desde que o rendimento fosse
3 até determinado valor, ou seja, que não houvesse vedação desde que o aluno ganhasse até uma
4 determinada quantidade de salários. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venancio Vianna (FEQ)**
5 disse que a retirada da bolsa de um aluno, a fim de reequalizar o programa, era algo que tinham
6 que pensar com muito cuidado. Não sabia se aquilo era legal ou se daria problemas à PRPG. Além
7 disso, caso uma pessoa com trabalho e bolsa tivesse que, de repente, ceder a bolsa para outra
8 pessoa que tinha perdido, ela também precisaria de um tempo para se organizar emocionalmente
9 e financeiramente dentro do novo valor. Por isso, tinham que pensar com cuidado. Achava que
10 havia especificidades em relação aos programas de pós-graduação, e disse que iria trazer um
11 pouco da experiência do seu programa, a Engenharia Química. Disse que, lá, todos tinham muita
12 dificuldade em repensar a pós-graduação. Ela precisava ser repensada, pois, na Engenharia
13 Química, embora um dos motivos pela falta de alunos na pós-graduação fosse a bolsa, ela não era
14 o principal. Achava que o principal motivo era a atratividade e exigência do programa, além do perfil
15 do aluno. Já tinha dito, algumas vezes, que as bolsas do seu programa variavam entre 3500 e 15
16 mil reais, bolsas que vinham por força de lei, de 1% no investimento de lucro na indústria de óleo e
17 de gás, dentro da universidade. Então, por serem da Engenharia Química, naturalmente recebiam
18 aquelas bolsas, que eram os convênios formados via MP, as grandes operadoras de óleo e gás.
19 Disse que coordenava três projetos como aquele, e não tinha alunos com bolsas naqueles valores.
20 Os alunos eram a razão da existência da pós-graduação, pois só tinham emprego por causa deles.
21 Ainda que a pós-graduação tivesse outras finalidades, os alunos da Engenharia Química a achavam
22 chata, visto que tinha um núcleo duro e os alunos não gostavam de ter que rever o que já tinham
23 visto na graduação, mesmo que em um nível avançado. Disse que eles conseguiriam sintetizar a
24 pós-graduação, de forma que o aluno pegasse disciplinas de maneira não obrigatória, a fim de
25 atender às necessidades de suas respectivas pesquisas. Não sabia se iriam mudar, mas estavam
26 discutindo. Na CCPG, tinham feito um GT, onde tinham tentado levantar um diagnóstico do que
27 estava acontecendo com a pós-graduação e do porquê não tinham alunos. Disse que ficava muito
28 constrangido quando alguns colegas diziam que estava faltando bolsas em seus programas, pois,
29 no seu, estavam sobrando. Aquilo era horrível, pois, pensando na questão do dinheiro público
30 investido, questionou se não era melhor enviarem menos bolsas para a Engenharia Química e mais
31 para aqueles programas que estavam precisando. Era outra coisa que tinham que pensar com
32 cuidado. Disse que lhe parecia que, se o aluno tivesse um emprego, ele teria o direito de pleitear a
33 bolsa e, caso não tivesse pleiteado, era porque não queria. Caso ele perdesse o emprego e
34 dissesse ao coordenador que estava com dificuldades, o coordenador não teria a obrigação de

1 descobrir outro aluno que já tinha se organizado. Achava aquilo um pouco perigoso e, novamente,
2 não sabia sobre a questão legal. Reiterou a questão da pós-graduação e questionou o que
3 precisavam fazer para atraírem mais alunos. Para encerrar, disse que todos ali tinham feito a pós-
4 graduação e virado professores, mas eram uma exceção, pois tinham uma paixão pela ciência e
5 pela pós-graduação, e, por isso, tinham se esforçado para chegarem aonde queriam. Nem todos
6 queriam aquilo. Na Engenharia, muitos alunos da pós-graduação tinham feito a graduação em uma
7 universidade não tão bem-conceituada, e, por isso, usavam a pós-graduação para acrescentar em
8 seus currículos. Não necessariamente aquele aluno era apaixonado pelo que estava fazendo.
9 Também tinha o caso de alunos que não tinham conseguido emprego e faziam a pós-graduação no
10 lugar. Achava que aquilo se aplicava muito ao pessoal da Computação, que, atualmente, pagava
11 muito bem. Dali a um tempo, aquele aluno sairia da pós-graduação para fazer o que queria. Aqueles
12 eram os dois casos que tinham na Engenharia. Outra coisa que teriam que pensar e, talvez, colocar
13 na instrução, era a desistência da pós-graduação. Questionou como iriam fazer com o tempo de
14 bolsa de um aluno desistente. Disse que, na FEQ, atualmente, conversavam com o pessoal no
15 momento da entrevista, pois a CAPES pedia uma manifestação sobre o aluno que não concluía.
16 Não sabia exatamente qual era a solução. Gostaria que não precisassem ter aquela discussão e
17 que as bolsas fossem o suficiente, com a Profa. Rachel havia dito. Além disso, todos os países
18 desenvolvidos, que eram referência em pesquisa e onde muitos ali tinham estudado, eram uma
19 esponja de cérebros de outros lugares. No tempo em que tinha passado na Inglaterra, não tinha
20 nenhuma lembrança de lidar, no seu ambiente de pesquisa, com ingleses e britânicos, de forma
21 geral. A mesma coisa para o período em que tinha estado nos Estados Unidos. Qualquer mesa em
22 que se sentava era um ambiente extremamente cosmopolita. Eles se vendiam para o mundo como
23 uma coisa maravilhosa, mas levavam todos para lá. Era difícil ver um nativo fazendo pós-graduação.
24 Podia ser um caso que também estivesse acontecendo com a Unicamp, pois as empresas pagavam
25 melhor. Questionou se não tinham que ter um olhar para a América Latina e, dessa maneira,
26 alimentar os programas de pós-graduação. Tudo o que estava colocando ali eram dúvidas. Alguns
27 fatos e observações, mas, sobretudo, dúvidas. A **Sra. Presidente** agradeceu. Disse que o professor
28 tinha falado de outras coisas que estavam associadas às questões da pós-graduação, as quais
29 achava que podiam retomar, como o perfil da pós-graduação. Achava interessante mencionar a
30 questão da retirada de uma bolsa concedida. Era claro que poderiam consultar a PG para saber se
31 era possível retirá-la em algum momento, mas a Sra. Cláudia tinha achado, também, que o Art.10
32 da Portaria 76 não tinha sido revogado. Aquela era a Portaria que tinham mencionado na reunião,
33 que dizia que a atribuição de bolsas continuava a ser por um ano. Exemplificou que, quando
34 concediam a bolsa emergencial, que era de um ano, o programa entrava em contato ao final do

1 prazo e perguntava se poderia mantê-la. Geralmente não podia, pois havia uma fila enorme. Aquela
2 questão jurídica, para a qual o Prof. Sávio tinha chamado a atenção, talvez fosse resolvida com o
3 fato de que aquela Portaria não tinha revogado o prazo de um ano. Então, a atribuição era de um
4 ano. Disse que poderiam procurar saber se poderiam diminuir aquilo para fazer uma revisão, mas,
5 da forma como a Portaria 133 estava colocada, a autonomia do programa era total. Cabia tirar a
6 dúvida sobre aquilo com a PG. Assim, se a concessão do acúmulo fosse de seis meses, já diriam
7 diretamente para o aluno. O aluno estaria recebendo uma bolsa e poderia acumular por seis meses.
8 Depois, ela seria revista e o aluno assinaria aquilo, por exemplo, em alguma medida. Achava que
9 tinham que se informar melhor sobre aquilo, mas, de toda maneira, se encontrassem em acordo
10 que era um ano, deveria ser um ano. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)**
11 cumprimentou a todos e disse que achava que o norteamento mínimo que a PRPG estava dando
12 era bom, no sentido de valorizar os alunos e colocar os que não tinham renda na frente. Achava
13 que deveria haver autonomia dos programas, mas também uma coordenação. Cada PPG deveria
14 pensar, mas, como variava muito de área e de profissão, achava difícil a CCPG dar conta daquilo.
15 Disse que achava seis meses muito pouco tempo, pois gerava um trabalho extra maior. Um ano era
16 um tempo melhor para se planejar e para se organizar. Achava também que aquela decisão deveria
17 ficar a cargo de cada programa. Relatou que, em seu programa, de política científica, só tinham a
18 seleção anual, o que era uma periodicidade muito melhor. Todo ano tinham uma entrada e uma
19 comissão de bolsas, e, então, podiam reavaliar. Entendia que poderiam reavaliar e tirar bolsas,
20 porque os programas já faziam aquilo rotineiramente, mas achava interessante haver uma regra da
21 PRPG para esclarecer que a intenção da revisão era valorizar quem mais precisava. Caso o
22 programa quisesse fazer de seis em seis meses, teria a liberdade. Não achava que tinham que
23 aumentar muito mais aquele norte da CCPG. A conselheira **Profa. Renata Cristina Gasparino**
24 **(FENF)** cumprimentou a todos e disse que, atualmente, atribuíam as bolsas para o aluno que não
25 trabalhava, porque era a regra. Depois, avaliavam a renda familiar dele para saber quem recebia
26 menos e, então, atribuir. No caso de o aluno trabalhar, a sua dúvida era se deveriam olhar somente
27 para a renda do aluno ou continuar pensando na renda familiar, pois, muitas vezes, havia uma
28 grande diferença. Questionou como ficaria aquela avaliação, se fossem atribuir por faixas, como
29 tinha sido sugerido, o que tinha achado bacana. Perguntou se seria somente pela declaração do
30 aluno ou se poderiam, legalmente, solicitar um comprovante de renda para conseguir atribuir com
31 um pouco mais de tranquilidade. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que ainda não sabia
32 responder. O conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues de Amorim (FE)** relatou que, na
33 Faculdade de Educação, seguiam os procedimentos que o SAE fazia para atribuição de bolsa-
34 trabalho. Então, toda a documentação era encaminhada: carteira de trabalho, imposto de renda,

1 demonstrativo de rendimento etc. Todos os demais procedimentos eram idênticos aos do SAE. Por
2 isso, não havia nenhum problema legal. Na Faculdade, também tinham muitos critérios, e dois deles
3 diziam respeito ao rendimento. Exemplificou que, se o aluno tinha entrado pelo sistema de cotas e
4 se tinha estudado em escola pública, passava na frente em 20%. Então, seria bem complicado
5 excluírem quem tinha o rendimento, porque os critérios eram estabelecidos através da história de
6 vida da pessoa, da relação com a família, se eram indígenas ou quilombolas, além do modo de vida
7 e da distribuição de renda. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** disse que tinha
8 pensado em uma redação para aquela questão da insegurança de que estavam falando. Ainda não
9 estava fechada, mas achava que iriam entender a ideia. Disse que lia o que tinha escrito:
10 “Considerando os valores das bolsas e a variabilidade de rendimentos que possam ser percebidos
11 pelos estudantes de pós-graduação, definem-se as seguintes categorias de estudantes bolsistas:
12 bolsistas com complementação de renda e alunos com renda, tendo a bolsa como suplementação”.
13 Disse que tinha inventado aqueles nomes e que poderiam melhorar aquilo depois. Resumindo,
14 estava separando em duas categorias: o aluno que era bolsista e tinha uma complementação, e o
15 aluno que tinha uma renda principal além da bolsa. A revisão da concessão da bolsa, que estavam
16 pensando em ser semestral, se aplicava apenas à segunda categoria de estudantes. Em seguida,
17 caso o aluno tivesse sido classificado como um bolsista com complementação, ganharia uma bolsa
18 pelo tempo da sua pós-graduação; caso ele fosse da segunda categoria, estaria sujeito à revisão.
19 A CPG deveria informar ao bolsista em qual das categorias ele tinha sido enquadrado no ato de
20 atribuição da bolsa. Assim, quando ele recebesse a bolsa, já saberia qual era sua situação. Disse
21 que tinha colocado um último item, que era sobre o aluno ter x dias para recorrer da decisão,
22 cabendo à CPG local deliberar sobre o recurso. Tinha tentado pensar em uma redação em que
23 retirassem aquela insegurança. Também contemplava um pouco o que o Prof. Enelton tinha falado,
24 sobre a questão de que a renda poderia ser baixa ou alta. Daquela forma, poderiam recolher
25 informações de renda, como os colegas tinham dito, e, quando fossem atribuir as bolsas, já
26 categorizariam os alunos. Não sabia se a ideia tinha ficado muito complicada. A **Sra. Presidente**
27 respondeu que a ideia tinha ficado bastante complicada. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli**
28 **(FECFAU)** disse que, se o aluno mudasse de categoria ou conseguisse um emprego, ele teria que
29 informar à CPG. A **Sra. Presidente** disse que, primeiramente, ninguém carregava a bolsa o curso
30 inteiro, pois ela não era carregável. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** disse que,
31 na prática, era. A **Sra. Presidente** disse que ela não poderia ser, pelo menos, na letra da lei. A
32 bolsa não era carregável, mas de acúmulo. Não sabiam o que iria acontecer na vida do aluno, e,
33 por isso, ele não podia carregar a bolsa. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)**
34 concordou que o aluno realmente não podia carregar a bolsa. A **Sra. Presidente** disse que entendia

1 que era impossível colocar categorias naqueles termos que o Prof. Tiago tinha colocado para todos
2 os programas, pois eram muito distintos. Não dava para imaginar que encaixariam os alunos em
3 uma Portaria da universidade naqueles perfis, porque os perfis poderiam ser outros. O conselheiro
4 **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** disse que achava mais fácil os programas ajustarem o que
5 ele tinha colocado ali, porque era o programa que iria classificar, não a PRPG. A **Sra. Presidente**
6 disse que queriam, pelo menos, um norte institucional que garantisse a decisão do programa,
7 porque era a PRPG que estava orientando aquilo e que deveria, portanto, evitar as diferenças. Ou
8 seja, evitar, pelo menos, o agravamento das diferenças internas que tinham. O que não queriam
9 era agravar tudo aquilo e aumentar as assimetrias dentro da instituição. Achava que não
10 conseguiriam definir categorias de alunos. Além disso, aquela regra tornaria a vida do coordenador
11 da pós-graduação insustentável, porque ele não iria conseguir dar conta daquilo. O conselheiro
12 **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** perguntou se colocar uma faixa de renda que nem tinha sido
13 sugerida seria mais fácil. A **Sra. Presidente** disse que queriam tornar tudo aquilo mais equânime,
14 o que era possível. Pessoalmente, achava que a CAPES tinha aberto aquela porta da forma errada,
15 porque ela deveria ter procurado um valor melhor para a bolsa. Como eram programas muito
16 distintos, não conseguia visualizar como iriam categorizar os alunos. O conselheiro **Prof. Tiago**
17 **Zenker Girelli (FECFAU)** disse que era a CAPES quem estava tornando o processo difícil. A **Sra.**
18 **Presidente** disse que iria, no final da fala dos inscritos, pedir a retirada de pauta, porque não
19 conseguiriam fechar nada naquele dia. Teriam a próxima CCPG para decidir. E, naquele meio
20 tempo, poderiam convidar os coordenadores para discutir. A **Sra. Maiane Teixeira Junqueira Neto**
21 **(FEEC)** disse que iria trazer algumas observações. Estavam assumidamente reconhecendo que o
22 valor da bolsa não era o suficiente, nem atrativa. E, dando respaldo para ter flexibilidade, a CAPES
23 estava precarizando ainda mais a pós-graduação. Questionou o porquê de uma aluna de pós-
24 graduação precisar ter dois empregos. Fazer pesquisa era um emprego para poder se sustentar. E,
25 ao mesmo tempo, aquilo não resolvia o que deveriam estar discutindo, que era considerar a pós-
26 graduação como trabalho, com carteira assinada e todos os direitos reconhecidos. Estavam até
27 falando de cobrar judicialmente o acúmulo de bolsas, mas disse que não conseguia ver os seus
28 direitos, enquanto trabalhadores, reconhecidos, como se fosse uma cortina de fumaça. Sobre o que
29 já tinha sido dito ali, para não exceder muito a sua fala, não sabia se o patamar seria a melhor ideia.
30 Por exemplo, supondo que a pessoa, naquele segundo emprego, sendo a pós-graduação o
31 primeiro, ganhasse muito bem, excedesse o patamar. Mas, ainda, além de ser o trabalho dela,
32 aquele valor podia ser suficiente à renda complementar para que ela tivesse uma vida digna, porque
33 Campinas era uma cidade muito cara. Disse que 13 metros quadrados em uma *kitnet* estavam
34 custando mil reais, o que era um absurdo. Reforçou que também achava importante terem aquela

1 conversa e conhecerem o seu alunado, para poderem ver o quanto aquele complementar da renda
2 era, ou não, viável para o acúmulo. Retomou a fala da Profa. Renata e disse que, sobre o perfil da
3 família, usualmente, vinha observando em sua faculdade que as pessoas migrantes ou que vinham
4 de outro Estado ajudavam suas famílias economicamente. Ela mesma fazia aquilo com sua bolsa
5 de doutorado. Era importante, sim, levar em consideração o histórico familiar, porque era um perfil
6 diferente. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que aquela discussão sobre o
7 reconhecimento da pós-graduação como trabalho registrado estava na Comissão do Plano Nacional
8 de Pós-Graduação. Já era uma demanda que estava sendo encaminhada. Não sabia o que
9 precisavam para resolver aquilo, mas era uma demanda reconhecida. O conselheiro **Prof. Orlando**
10 **Luis Goulart Peres (IFGW)** cumprimentou a todos e disse que gostaria de comentar sobre a
11 questão do período para a revisão da concessão. Achava que seis meses era um tempo muito curto,
12 pois, no IFGW, havia duas seleções ao ano e juntavam as duas. Então, tinham no mínimo 1 ano
13 para fazer aquela revisão. Não sabia se tinha relação, mas havia uma Portaria conjunta, CAPES e
14 CNPq, de 15 de junho de 2010, sobre aquele mesmo assunto. Não sabia se ainda estava válida.
15 Ali, havia pontos sobre o acúmulo de bolsas. A **Sra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (FCM)** disse
16 que o Art. 1º dizia que: “os bolsistas da CAPES ou CNPq matriculados em programas de pós-
17 graduação no país poderão receber complementação financeira proveniente de outras fontes,
18 desde que se dediquem às atividades relacionadas à sua área de atuação e de interesse para a
19 sua formação acadêmica, científica e tecnológica”. Aquela era a Portaria conjunta a que o Prof.
20 Orlando tinha se referido. A **Sra. Presidente** disse que ela não tinha sido revogada e nem poderia
21 ser, porque ela abria a porta exatamente para a contemplação. Aquela portaria já permitia que um
22 aluno fizesse pós-graduação em um programa de determinada área do conhecimento e trabalhasse
23 na mesma área, pois aquilo iria beneficiar o seu próprio doutorado. A Portaria 133 falava que, se o
24 aluno fizesse pós-graduação em ciência política, por exemplo, e quisesse trabalhar uma empresa
25 como administrador na engenharia civil, poderia. O acúmulo de rendimento não interessava mais
26 para quê e de onde vinha. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** questionou o
27 que significava estar em áreas diferentes. A **Sra. Presidente** disse que era quando o trabalho não
28 tinha relação com o doutorado do aluno, com sua área do conhecimento. A pessoa trabalhava para
29 ter um rendimento maior para seu cotidiano. Já a Portaria antiga dizia que era possível uma pessoa
30 trabalhar em uma área que tinha relação com a sua pós-graduação. Aquilo já era possível, mas
31 tinha que passar pelo coordenador e pelo orientador. Todos estariam cientes de que o aluno estaria
32 fazendo algo benéfico para o seu doutorado. Aquela Portaria não tinha sido revogada, mas aquilo
33 já existia desde então. A **Sra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (FCM)** disse que a pessoa já tinha
34 que ser bolsista. A Portaria tratava de trabalho que ajudava na formação, como a Profa. Rachel

1 tinha explicado, ou docência. Então, ela abria aquela possibilidade. Os programas, até onde sabia,
2 colocavam seu limite, como 8 ou 12 horas. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Weneck**
3 **(IB)** disse que tinha sido coordenador de graduação por um tempo, na época em que o pró-reitor
4 de graduação era o Prof. Magno, que, além de médico, era advogado. Tinha participado daquela
5 comissão junto com o Prof. Tiago, de leis e normas. Relembrou que, toda vez que discutiam uma
6 lei e uma norma dentro da graduação e que procuravam especificar muito, sempre diziam, no final
7 da reunião, que era melhor não mexer. Então, todas as vezes que partiam para especificar muito
8 as situações, ficava muito evidente que haveria problemas. Gostaria que as pessoas pensassem
9 naquilo, dentro dos seus programas ou das suas coordenações, para poderem fazer algo que fosse
10 realmente cabível. Pediu que olhassem a universidade como um todo. Todos sabiam que, para
11 aumentar a atratividade da pós-graduação, deveriam dar melhores condições para os alunos de
12 pós-graduação, para desenvolverem pesquisa e acreditarem nela. Disse que estavam saindo de
13 um governo negacionista, em que a pesquisa estava totalmente desacreditada. Era aquele tipo de
14 contexto que tinham atualmente. Sabiam que era completamente diferente daquilo, mas, para a
15 população, era aquilo que tinham e que enfrentavam. Então, talvez aumentassem a atratividade,
16 mas, às vezes, eram tantas regras na hora de fazer aquele tipo de concessão que a atratividade
17 diminuía, ao invés de aumentar. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu o alerta. O conselheiro
18 **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)** cumprimentou a todos e disse que concordava com o Prof.
19 Cláudio. Quanto mais mexiam, pior ficava. Disse que tinha gostado da sugestão inicial da PRPG, e
20 sugeriu que acrescentassem carga horária. Achava complicado colocarem prazo, porque a CAPES
21 já tinha determinado que a atribuição de bolsas seria por 12 meses. Por isso, achava que colocar
22 um prazo menor não seria legal. Disse que, antes, quando o aluno tinha bolsa, o programa não
23 tinha a preocupação sobre o seu rendimento externo. Nunca tinha visto aquela discussão, e, agora,
24 estavam preocupados com, por exemplo, o aluno ganhar dois salários-mínimos e receber bolsa. No
25 entanto, o aluno poderia arrumar emprego como professor substituto em uma universidade federal,
26 por exemplo, ganhando 20h e ganhando 4 ou 5 mil reais, e estava tudo certo. Antes, não estavam
27 preocupados em tirar a bolsa daquele aluno, a fim de atribuir para algum que não tivesse vínculo.
28 Mas, agora, o vínculo vinha antes da bolsa. Reforçou a sugestão de colocar a carga horária, além
29 do que já tinha sido sugerido, para que, assim, estivesse completamente suficiente. A conselheira
30 **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que concordava com o Prof. Claudio, e também
31 tinha gostado da proposta que eles tinham encaminhado. Sugeriu incorporar, talvez, no Art. 3, o
32 que estava na Portaria, que era que os programas poderiam colocar, em seus regimentos internos,
33 para atualizar os critérios sobre acúmulo de bolsas. Publicar na página do PPG talvez não fosse
34 suficiente. Então, seria só trazer aquele Art. 3, que estava na Portaria da CAPES, para a instrução

1 da CPG. A **Sra. Presidente** disse a PRPG que tinha colocado o Art. 3º, que estava na Instrução
2 Normativa. Perguntou se a Profa. Nashieli estava sugerindo que complementassem com inserção
3 no regimento. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que não, que
4 complementassem colocando o que os programas podiam colocar e atualizar em seus regimentos
5 internos, pois achava que daria mais suporte. Onde estava escrito: “os critérios para o acúmulo de
6 bolsa com outra remuneração, período de usufruto, outras normas deverão estar publicadas na
7 página da PPG”, sugeriu que complementassem que podiam ser inseridos nos regimentos internos.
8 O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** cumprimentou a todos e disse que também
9 tinham estado discutindo aquela questão. A questão das 40h, que tinha sido apontada pelo colega,
10 também tinha chamado a atenção. Achava que deveria haver um limite de até 20h, pois seria
11 importante. Ficavam trazendo toda aquela discussão interessante, mas não sabiam qual seria a
12 demanda de bolsas para serem alocadas naquela situação. Era óbvio que, se estivessem em uma
13 situação normal, onde a procura para a pós-graduação fosse como há 3 ou 4 anos atrás, aquela
14 discussão se tornaria relevante. O prazo de 1 ano já estava nas próprias normas da CAPES. Podia
15 ser colocada como uma lembrança. Só para colocar uma experiência, achava que, no Brasil, ao
16 querer resolver um problema, criavam certas regras que acabam o complicando muito mais. Achava
17 que seria muito mais simples a CAPES dizer que teriam um teto, que era duas vezes o valor atual.
18 Além disso, orientar os programas a colocarem, já que estavam sobrando bolsas, os valores que já
19 eram permitidos dentro daquele teto, alocados a 25% ou 50%, para não ficar tão discrepante. Aquilo
20 ajudaria a resolver problemas, por exemplo, no caso da engenharia ou de outras unidades. Talvez
21 pagar um valor maior da bolsa fosse mais simples do que, simplesmente, trazer toda aquela
22 discussão e complicação que estavam vendo ali. Aproveitando a fala da representante discente,
23 comentou que, no mês anterior, tinha dado um parecer em um projeto para a Fundação Suíça. Era
24 um projeto que, basicamente, pedia o pagamento de 4 bolsas de doutorado. Então, além do
25 pagamento das bolsas, havia o pedido para o pagamento da seguridade social. Achava que podiam
26 existir várias razões para a redução do interesse pela pós-graduação, mas que os valores das
27 bolsas era um dos aspectos importantes, embora talvez não para todos os programas. Concordava
28 com a fala da representante discente sobre a profissionalização da pós-graduação. Aquilo era um
29 aspecto importante e era óbvio que envolvia a legislação, mas tinham que passar para ter a
30 possibilidade de tornar a pós-graduação mais profissional e atrativa. A **Sra. Presidente** agradeceu.
31 Concordava com as questões que o professor tinha levantado, e achava que vinham sempre
32 mencionando aquele ponto. Certamente, o valor da bolsa deveria ser outro, e não deveriam estar
33 falando sobre aquilo. A discussão sobre a pós-graduação como um trabalho registrado também era
34 um trabalho de longa data, e ainda não tinha sido resolvido. Esperava que, com aquela onda de

1 agora, fosse resolvido. Informou que gostaria de colocar em votação a retirada de pauta.
2 Certamente, teriam que trazer aquela discussão para a CCPG de setembro, porque a Portaria
3 começaria a vigor em outubro. Naquele meio tempo, a PRPG provavelmente mandaria, para os
4 coordenadores, um esboço do que iriam apresentar em setembro. Propôs que colocassem,
5 eventualmente, alguma ideia que aparecesse em seus respectivos programas. Todos teriam
6 alguma reunião de CPG em algum momento daquele mês, e a ideia seria que eles desse um retorno
7 para a PRPG, a fim de tentarem trazer um esboço quase pronto para a aprovação em setembro,
8 com uma medida geral para a universidade. Os coordenadores deveriam dar o retorno e, se
9 tivessem outras sugestões ou correções, teriam que trazer em setembro. Colocou em votação a
10 aprovação para a retirada do Item 1 da Pauta, que foi **aprovada por unanimidade**. Informou que
11 passaria para o Item 2, que a Mesa destacava apenas para parabenizar a FCA, que tinha tido o seu
12 doutorado aprovado no programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção e de Manufatura.
13 Passou a palavra para o Prof. Mauro. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões (FCA)**
14 cumprimentou a todos e disse que gostaria de agradecer a colaboração da PRPG, pois, assim que
15 o programa tinha recebido a informação da diligência da CAPES, a assessoria da PRPG tinha se
16 colocado prontamente à disposição. Então, tinha sido de inestimável colaboração, e, de fato, era
17 uma alegria para a FCA ver a aprovação da proposta de doutorado, que haveria de ser
18 encaminhada já no ano seguinte. **A Sra. Presidente** agradeceu por terem mandado a proposta tão
19 bem-sucedida. Perguntou se alguém gostaria de fazer algum comentário e, não havendo, colocou
20 em votação o Item 2, que foi **aprovado por unanimidade**. Disse que passaria ao Item 3, e passou
21 a palavra para o Prof. Tiago. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** disse que, todo
22 semestre, acontecia a mesma coisa em relação aos estudantes especiais, que era o fato de o aceite
23 do aluno especial ser divulgado só depois do início das aulas. Dessa forma, todo aluno especial
24 perdia a primeira semana de aula, ou o professor era obrigado a não dar aula na primeira semana,
25 porque metade da sua turma era composta por estudantes especiais. No seu programa, muitos
26 docentes aceitavam alunos especiais. Gostaria de entender, da DAC, porque aquilo era necessário,
27 ou seja, porque não dava para puxar um pouco antes do início das aulas, em vez de um pouco
28 depois. No primeiro semestre não estaria longe, pois as aulas começariam no dia 28/02 e o
29 resultado do estudante especial sairia no dia 01/03, mas, em agosto, as aulas começariam no dia
30 01/08 e o resultado sairia apenas no dia 07/08. O aluno perderia a primeira semana e o docente
31 não poderia colocá-lo como ouvinte, pois o resultado não teria saído. O **Sr. Fernandy Ewerardy de**
32 **Souza (DAC)** disse ao Prof. Tiago que ele já tinha sido coordenador da graduação e sabia, portanto,
33 como funcionava lá. A pós-graduação estava muito ligada ao calendário da graduação. Não dava
34 para fazer antes porque a DAC dava preferência para os alunos regulares. Então, o aluno especial

1 entrava realmente depois. Como tinham, no meio do ano, o processamento de matrícula, tudo
2 ocorria muito junto. Era por isso que a matrícula de aluno especial terminava no último dia de
3 alteração de matrícula da graduação, que era, praticamente, um dia ou dois depois do início das
4 aulas. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** disse que tinha entendido. Perguntou
5 se a DAC não conseguiria processar a matrícula dos ingressantes ao mesmo tempo, ou a alteração
6 da matrícula da graduação e o ingresso na pós-graduação. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza**
7 **(DAC)** disse que, na verdade, o aluno especial tinha até o segundo dia de matrícula do período de
8 alteração de matrícula da graduação. Era o mesmo período para a graduação e para a pós-
9 graduação. Por isso, só conseguiam processar depois que terminava a alteração de matrícula da
10 graduação. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** disse que o aluno tinha até aquele
11 dia porque o calendário dizia que era até aquele dia. Aquela era a sua pergunta. O **Sr. Fernandy**
12 **Ewerardy de Souza (DAC)** disse que era porque estavam dando preferência para os alunos
13 regulares. O aluno especial entrava com as vagas que sobrassem. O conselheiro **Prof. Tiago**
14 **Zenker Girelli (FECFAU)** disse que, no processo, pelo que se lembrava, àquela altura o professor
15 já tinha selecionado se ele aceitaria o aluno ou não. O aluno começava a se inscrever bem antes.
16 O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** disse que ele só selecionava nos dois últimos dias.
17 Não tinha como selecionar antes. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** perguntou
18 se era no SIGA. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** respondeu afirmativamente. O
19 conselheiro **Prof. Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** disse que tinha entendido. Era porque o aluno já
20 estava selecionado, na prática. Realmente, aquilo tinha causado um transtorno, pois, toda vez, na
21 primeira semana de aula, os alunos especiais ainda não estavam lá. Então, gostaria realmente de
22 entender se não daria para resolver. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** disse que aquilo
23 só acontecia no segundo semestre, pois tinham tempo no primeiro semestre. O conselheiro **Prof.**
24 **Tiago Zenker Girelli (FECFAU)** disse que o primeiro semestre estava com dois dias. No segundo
25 semestre, voltava a ser uma semana, porque a matrícula do segundo semestre era toda espremida.
26 O tempo era de 15 dias entre o final do primeiro e início do segundo. Não sabia se o problema tinha
27 solução, mas queria colocar a questão, porque aquilo realmente causava um transtorno. Não sabia
28 se os colegas também tinham aquele tipo de problema. Agradeceu. A conselheira **Profa. Márcia**
29 **Azevedo de Abreu (IEL)** disse que, se o problema era o fato de acontecerem duas coisas ao
30 mesmo tempo, perguntou se não poderiam colocar os alunos de pós-graduação antes dos de
31 graduação, visto que perder uma semana de aula era chato. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza**
32 **(DAC)** disse que poderia colocar antes, sim. Na verdade, colocavam junto na inscrição do SIGA,
33 pois o calendário era conjunto. Não havia problema em colocar antes, mas, depois, teriam vários
34 recursos de matrícula fora de prazo, pois o prazo tinha mudado. A conselheira **Profa. Márcia**

1 **Azevedo de Abreu (IEL)** disse que, se havia aquela junção e aquilo dificultava para a DAC,
2 poderiam colocar o da pós-graduação antes, que tinha menos alunos. O professor já autorizaria
3 para evitar que perdessem uma semana de aula. Disse que só haveria algum recurso da primeira
4 vez, quando os alunos ainda não soubessem que o prazo tinha mudado. A partir da segunda vez,
5 saberiam que o calendário seria sempre daquela forma. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza**
6 **(DAC)** lembrou que, geralmente, aquele final era o período de adequação, em que os professores
7 estariam cheios de adequação e teriam que autorizar o estudante especial. Seria só mais trabalho.
8 Disse que não tinha como colocar o estudante especial antes do início das aulas, por conta do
9 período de adequação, em que os professores ainda não teriam finalizado a matrícula da pós-
10 graduação. Tinha que ser depois do período de adequação, pois, assim, validaria a matrícula da
11 pós-graduação e teria condições de fazer o do estudante especial. O conselheiro **Prof. Tiago**
12 **Zenker Gireli (FECFAU)** disse que já tinha sido coordenador de graduação e de pós-graduação, e
13 a adequação e alteração da pós-graduação eram infinitamente vezes mais tranquilas do que as da
14 graduação. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** disse que não era problema de dar
15 trabalho. Enquanto não finalizasse a matrícula da pós-graduação na adequação, não tinha como
16 finalizar a matrícula do estudante especial. A **Sra. Presidente** disse que aquilo não estava em
17 votação. Estavam apenas votando o calendário do semestre. Tinha surgido uma reclamação sobre
18 aquela questão, e contariam com aquela possibilidade de melhoria de junção do tempo, para que
19 não ficasse uma defasagem tão grande entre o início da aula formal e a vinda do estudante especial,
20 principalmente no segundo semestre. Perguntou ao Sr. Fernandy se poderiam contar com aquela
21 possibilidade. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** disse que era possível, mas perguntou
22 se iriam aprovar aquele calendário do jeito que estava atualmente. A **Sra. Presidente** disse que
23 estavam aprovando o calendário. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que
24 achava que todo ano acontecia aquilo, pois era uma questão de calendário. A data final estava
25 determinada ali, e, enquanto não mudassem, não daria para antecipar. A **Sra. Presidente** disse
26 que era preciso aprovar o calendário e que a DAC mudasse os procedimentos. Não dava para, no
27 tempo que tinham, mudar aquilo naquele momento. Sugeriu ficar para o próximo ano, com o Sr.
28 Fernandy orientando internamente. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** sugeriu que
29 mudassem, então, para o semestre ou ano seguinte. A **Sra. Presidente** disse que ficaria a forte
30 sugestão da CCPG para que se mudasse aquele calendário relativo ao aluno especial. O que
31 colocariam em votação era o calendário que estava ali, com aquela observação para a DAC.
32 Colocou em votação o Item 3, que foi **aprovado por unanimidade**. Passando para o Expediente,
33 disse que tinha algumas coisas para mencionar e, depois, abriria a palavra. Primeiramente, tinham
34 tido, na semana anterior, a aprovação das cotas no CONSU, por unanimidade. Tinha sido uma

1 excelente discussão, sobretudo com os alunos de graduação e de pós-graduação que tinha estado
2 lá. Achava que o clima de compreensão tinha sido muito bom para a implantação daquela política.
3 Gostaria de destacar que, entre a semana do CONSU e a semana da reunião da CCPG de agosto,
4 tinha acontecido a primeira seleção por cotas com ação afirmativa da FT. Achava que, agora,
5 começariam a ter aqueles processos se expandindo na universidade. Disse que tinha parabenizado
6 a FT na CEPE, pois eles já vinham trabalhando naquilo havia tempo. Agora, imaginavam uma
7 implementação mais ampla. Passou a palavra para o Prof. Valentim. O conselheiro **Prof. Valentim**
8 **Adelino Ricardo Barão (FOP)** disse que gostaria de tirar uma dúvida que tinha surgido na FOP.
9 Não tinham nenhum programa que tinha oferecido a ação afirmativa, mas tinham programas
10 interessados. Daria o exemplo do Programa de Clínica, que deveria ser similar a algum programa
11 da Medicina, talvez. Eram cinco áreas distintas de atuação, e o perfil de entrada era diferente, pois
12 cada área do conhecimento fazia um processo seletivo específico. A sua dúvida era se o processo
13 seletivo podia ter 20 vagas de mestrado e 10 vagas de doutorado. Havia áreas que não ofereciam
14 mestrado e doutorado em todo o processo seletivo, e outras áreas que sim. Perguntou se todas as
15 áreas teriam que ter vaga, obrigatoriamente, para garantir que qualquer pessoa naquela política
16 pudesse ter livre arbítrio para escolher uma determinada área. Além disso, tinham áreas que
17 ofereciam, por exemplo, duas vagas. Pegando a porcentagem de 25%, não dava uma vaga e, às
18 vezes, a área reclamava que outra área, que tinha oferecido 10 vagas, teria que englobar todas
19 aquelas vagas dos 25%. Estavam em uma situação complicada com relação ao que poderiam fazer,
20 enquanto programa, para não ter um processo vinculado àquelas questões de política. Talvez,
21 pudessem se orientar por alguma instituição que já fizesse, há muito tempo, a política de cotas, e
22 que tivesse um programa com diversas áreas do conhecimento. A **Sra. Presidente** disse que todos
23 os programas tinham várias áreas do conhecimento. Disse que tinham um núcleo que, talvez,
24 orientasse um pouco a implementação para quem não conhecia como a política funcionava. No
25 entanto, no caso de um programa com tantas áreas do conhecimento, aquela porcentagem era para
26 o total do programa, mesmo porque não conheciam a demanda. Nos perfis dos candidatos,
27 poderiam ter uma demanda muito grande de alunos cotistas, que teriam que declarar a opção pelas
28 cotas. Exemplificou que, tinham cotas em seu programa, mas o aluno tinha que declarar que não
29 queria entrada na seleção ampla, e, sim, por cota, ou vice-versa. Além disso, poderia haver áreas
30 sem nenhum aluno candidato que pertencesse a alguma categoria de ação afirmativa. Tentariam
31 orientar, mas aquela porcentagem colocada era para o total. O conselheiro **Prof. Valentim Adelino**
32 **Ricardo Barão (FOP)** disse que, obrigatoriamente, teria que dar a oportunidade para o candidato
33 se inscrever em qualquer área de concentração. A **Sra. Presidente** disse que sim, e não
34 necessariamente iriam atingir 25%. Era possível que tivessem, no primeiro, segundo ou terceiro

1 ano, apenas 5 ou 10% daquelas vagas preenchidas. O importante era que tivessem aberto a
2 oportunidade de ação afirmativa. O conselheiro **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)**
3 perguntou se iria existir um núcleo dentro da CCPG. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente.
4 O conselheiro **Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP)** disse que achava importante
5 consultarem, depois que fizessem o edital. A **Sra. Presidente** disse que sim, até para saberem
6 como manejar as bancas, se tivesse que haver. A **Sra. Rosângela Ballin** disse que, no Instituto de
7 Economia, as cotas eram 20% do total de vagas. Tinham áreas de concentração, e, eventualmente,
8 determinado programa tinha alunos e outro não, mas aquele percentual de vagas ficava aberto. O
9 candidato se inscrevia e escolhia a área de concentração. Havia anos que não tinham candidatos
10 para todas as áreas de concentração. No ano anterior, inclusive, não tinham conseguido completar
11 o número de vagas disponibilizadas para cotas. A **Sra. Presidente** disse que, às vezes, abriam 12
12 vagas e só conseguiam preencher 8. Aquele cenário estava sendo percebido atualmente, mas, só
13 para esclarecer, aqueles 25% eram o total. As áreas de conhecimento não contavam. Era possível
14 que a demanda não atingisse tudo aquilo, mas teriam um núcleo para orientar. Passou a palavra
15 para o Prof. Antonio. O conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim (FE)** disse que não
16 tinha lido o que tinha sido aprovado no CONSU, mas parabenizou a todos. Disse que 25% era o
17 mínimo, porque a Faculdade de Educação disponibilizava 35% de cotas para pessoas pretas.
18 Questionou se já tinha sido feita a resolução com relação ao processo de hétero-identificação para
19 a pós-graduação, porque aquilo ainda não estava regularizado. A **Sra. Presidente** disse que a
20 Resolução mencionava aquilo, mas todos os relatórios do GT que tinham apresentado aquela
21 proposta de deliberação mostravam o quanto era necessário o diálogo com a DeDH, a fim de que
22 aquelas bancas fossem viabilizadas. Precisavam de recurso e de organização para aquilo
23 acontecer. Aquilo estava contabilizado, mas a Resolução estava trazendo, na verdade, a orientação
24 de implantação para todos. Informou que iria mudar de assunto e que o segundo ponto do
25 Expediente era só para lembrar a todos que a Resolução que implementava bolsas de pós-
26 doutorado para as unidades tinha sido publicada no Diário Oficial na segunda-feira anterior.
27 Lembrou a todos de entrar em contato com os seus diretores, porque aquele era um projeto da
28 reitoria para as unidades, não da pós-graduação, embora a PRPG figurasse em algum ponto da
29 Resolução. Disse que estava escrito para tirarem as dúvidas na PRPG, pois, talvez, ela tivesse sido
30 a pessoa mais envolvida na redação daquela Resolução. Aquelas eram as bolsas que tinham ido
31 para as unidades, a partir de um encontro de professores e de alunos, sobretudo, da graduação. Já
32 tinha recebido algumas dúvidas de professores que perguntavam onde poderiam estar as bolsas
33 de seus programas. Disse que aquelas bolsas não eram para os programas de pós-graduação,
34 eram para fazer pesquisa nas unidades e para ter atuação didática na graduação. Aquilo tinha que

1 ficar claro, as unidades sabiam. Reforçou que fizessem as seleções. Cada unidade tinha recebido
2 uma bolsa adicional de ação afirmativa PPI: pretos, pardos e indígenas. No caso do IFCH, por
3 exemplo, que tinha 6 departamentos e 4 graduações, aquela distribuição seria feita mediante
4 conversa interna. Informou que passaria para o terceiro ponto do Expediente, que era um alerta
5 sobre o processo de reconhecimento de diploma estrangeiro na pós-graduação. Até um tempo
6 atrás, a unidade mais onerada com o reconhecimento de diplomas estrangeiros era a Faculdade de
7 Educação. Aquilo tinha mudado, porque havia uma trava na DAC agora. A **Sra. Juliana Cristina**
8 **Barandão (CCPG)** disse que tinha entrado em contato com a DAC e eles não tinham chegado a
9 colocar a trava, pois, como tinham colocado mais documentos exigindo que a pessoa comprovasse
10 que tinha morado no exterior, as pessoas tinham parado de pedir. Então, não tinha precisado da
11 trava, porque os pedidos haviam reduzido devido quantidade de documentos exigidos. A **Sra.**
12 **Presidente** disse que, de toda maneira, as unidades recebiam diplomas para o reconhecimento.
13 Só gostaria de fazer um alerta, pois, desde o final do ano anterior, quando o Turnintin tinha passado
14 a ser obrigatório e todo mundo tinha começado a dominar a ferramenta, talvez tivesse o risco de se
15 sobrepor à análise de mérito, ou mesmo de uma análise substantiva do que vinham recebendo
16 como tese de pós-graduação. As bibliotecárias tinham detectado um nível de similaridade muito
17 grande no texto, desde a faixa que a unidade tinha ou até muito maior, o que podia, eventualmente,
18 indicar um plágio. Aquilo tinha que estar muito claro nas comissões internas, porque a ideia do
19 plágio era muito grave. O plágio era algo a ser verificado como mérito, analiticamente e
20 substantivamente, porque, primeiramente, plágio era um crime. Mais do que aquilo, era um roubo
21 de ideias ou do trabalho do outro, não só uma similaridade. E, às vezes, as bibliotecas colocavam
22 o trabalho no Turnintin sem o devido cuidado, ou seja, não podiam colocar um trabalho com todas
23 as referências bibliográficas no Turnintin. Não podiam colocar um trabalho, eventualmente, de uma
24 área de humanas, com citações referenciadas corretamente, mas que estavam na internet. E, aí,
25 de repente, a similaridade dava 30%, o que acusava plágio. Chamou a atenção para o cuidado que
26 tinham que ter no uso da ferramenta. Não podiam pegar aquela porcentagem e dar como definitiva,
27 pois definitivos eram os juízes da Unicamp sobre aquilo, senão não faria sentido o trabalho deles.
28 Era um alerta para diferenciarem aquilo que era similar, corretamente avaliado pela ferramenta, do
29 que podia ser, sim, um plágio. Reforçou que plágio era roubo de ideias ou de um trabalho feito por
30 alguém, enquanto similaridade era o que era similar na internet. Havia casos, por exemplo, em que
31 pegavam uma lista de centenas de revistas, que o Turnintin dava tudo com menos de 1%, e podia
32 indicar que a similaridade era enorme. Estariam colocando o próprio trabalho em risco. Era um
33 alerta, inclusive, para os alunos que iriam passar a tese ou a dissertação no Turnintin. O conselheiro
34 **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que tinha uma curiosidade. Tinha chegado para

1 ele, na semana anterior, que muitas unidades estavam fazendo uma dupla verificação. No IB, era
2 feita somente antes da defesa, e muitas unidades estavam fazendo após a defesa, durante o
3 período em que tinham que depositar para fazer a homologação. Gostaria de saber se aquilo
4 procedia. Perguntou se todo mundo estava fazendo duas vezes. A **Sra. Presidente** disse que, às
5 vezes, se não limpassem o que tinham feito antes, o Turnintin dava uma similaridade imensa. O
6 conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que aquilo gerava, obviamente, o
7 aumento de similaridade, porque iria comparar com o documento anterior. Mas a sua pergunta era
8 se todos estavam fazendo aquela dupla verificação, porque a bibliotecária tinha dito que, muitas
9 vezes, eram sugeridas alterações na defesa cheia de citações que poderiam estar sendo plagiadas.
10 A **Sra. Presidente** disse que citações plagiadas não eram um plágio, mas uma citação referenciada.
11 O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** pediu desculpas e corrigiu sua fala,
12 dizendo que eram trechos com plágio, que eram verificados e detectados. A bibliotecária tinha dito
13 que o ideal seria que fizesse duas vezes. Não sabia se era cuidado demais. A **Sra. Presidente**
14 disse que podia até ser cuidado demais, mas, se alguém quisesse ter aquele cuidado a mais, que
15 não esquecesse de apagar o anterior. O conselheiro **Prof. Orlando Luís Goulart Peres (IFGW)**
16 disse que, algumas vezes, tinham tido casos de teses com alto índice de similaridade, porque o
17 aluno tinha resolvido fazer por ele mesmo. Era um cuidado que tinham que ter. Caso o aluno ou
18 professor tentassem fazer aquilo e não soubessem, daria um número muito alto. A **Sra. Presidente**
19 disse que era por conta daquilo que pediam para as bibliotecas fazerem, pois tinham que dominar
20 a ferramenta. O conselheiro **Prof. Marcelo Lancelotti (FCM)** relatou que não refaziam o Turnintin,
21 seguindo a dúvida do Prof. Cláudio. Quando dava uma similaridade muito alta, analisavam. O que
22 estava dando muito problema, principalmente na Farmácia, era a parte metodológica, porque tinham
23 que usar termos específicos. Só mudava o objeto. A **Sra. Presidente** disse que concordava, e
24 também tinha expressões em sua área que não tinham como mudar. O conselheiro **Prof. Aurélio**
25 **Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que a Biblioteca Central disponibilizava o link onde
26 qualquer pessoa poderia fazer uso do Turnintin, pois já estava com todos os parâmetros corretos e,
27 por isso, não corriam aquele risco. A **Sra. Presidente** disse que, às vezes, acontecia de a pessoa
28 não prestar atenção. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que, por
29 aquele link, não precisariam prestar atenção, pois a pessoa não teria que selecionar nada, apenas
30 colocar o trabalho lá. Já fazia do jeito correto, o que facilitaria muito. A **Sra. Presidente** perguntou
31 se mesmo sem tirar a bibliografia. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)**
32 respondeu que, se a pessoa não tirasse a bibliografia, não. No caso do IMECC, aquele não era um
33 problema sério. A **Sra. Presidente** disse que podia ser que não salvasse. O conselheiro **Prof.**
34 **Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC)** disse que não salvava, aquilo já era garantido. O

1 problema maior de salvar desaparecia, e outros setups também. Era muito mais fácil de usar do
2 que entrar no Turnitin. Disse que aquilo estava na Biblioteca Central. A **Sra. Presidente** agradeceu
3 a orientação. Informou que mudaria de assunto. Reafirmou que, no dia 30 de agosto, às 9h30 da
4 manhã, na sala do CONSU, o Prof. Márcio, da FAPESP, viria conversar com a PRPG. Outro ponto
5 que vinha preocupando a todos era o impacto da inteligência artificial na produção científica da pós-
6 graduação. Achava que o Chat GPT era um risco enorme para a produção do conhecimento, porque
7 era o tipo de ferramenta que escrevia textos completos com um comando. Quem tinha produzido o
8 texto não era o aluno, mas o Chat GPT. Achava que tinham que discutir sobre aquilo, porque teriam
9 que avaliar aquele impacto, que lhe parecia sério não só para a pós-graduação, mas para todo o
10 mundo acadêmico e científico. Disse que conheciam algumas pessoas que estavam trabalhando
11 com aquilo, mas queria pedir que enviassem sugestões ao longo da semana, pois gostariam de
12 montar um seminário. Passou a palavra para a Profa. Márcia. A **Profa. Márcia Azevedo de Abreu**
13 **(IEL)** disse que já tinham feito a aula inaugural da pós-graduação sobre aquilo, com a presença de
14 um engenheiro da computação, uma artista plástica, dois linguistas e um antropólogo. Tinha sido
15 muito bacana, e não aterrorizador, como ela estava dizendo. Segundo o engenheiro tinta dito,
16 parecia que o Chat GPT recorria a um banco de textos, prioritariamente em inglês, e formulava
17 resposta para a pessoa por próxima palavra mais provável. Era parecido com quando estavam
18 escrevendo e-mail e ele oferecia a próxima palavra. Então, ele não produzia um texto, mas, ao fazer
19 aquilo, inventava bibliografia, por exemplo, porque sabia que precisaria de bibliografia. O único risco
20 do uso era no caso de o orientador não ler, porque, se lesse, ele veria que aquela bibliografia não
21 existia. Além disso, os textos que a ferramenta conseguia produzir eram muito rasos. Parecia uma
22 redação de escola. Dificilmente aquilo seria publicado em qualquer revista séria, assim como
23 dificilmente um orientador que lesse o que o orientando estava produzindo iria se enganar com
24 aquilo, mas era sempre bom e útil discutir. Ele, por outro lado, servia para coisas interessantes,
25 como, por exemplo, para discutir hipóteses. Poderiam perguntar, por exemplo, que hipóteses ele
26 faria para melhorar o interesse dos alunos para o ensino de pós-graduação, e ele faria uma lista do
27 que era o senso comum, como aumentar a bolsa ou diminuir a nota. A partir disso, conseguiriam
28 saber qual era o senso comum sobre aquilo. As respostas eram sensatas e, por isso, achava que
29 valia a pena discutir, a fim de perderem o temor e usarem a ferramenta pelo que ela tinha de mais
30 interessante e criativo. A **Sra. Presidente** disse que não a tinha convencido. A conselheira **Profa.**
31 **Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** disse que iria contra-argumentar. Perguntou se ela já tinha
32 experimentado ou pedido para o Chat GPT fazer alguma coisa. A **Sra. Presidente** respondeu
33 afirmativamente. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** perguntou se ela tinha
34 achado que aquilo era um texto de aluno. A **Sra. Presidente** respondeu que não. A questão não

1 era que o orientador descobrisse que o texto era falso ou que a revista não publicasse porque era
2 falso. A questão era a formação das pessoas e o uso daquele recurso. Era aquilo que achava muito
3 ruim. A internet, quanto tinha surgido, tinha sido fantástica, e achava que continuava sendo. Por
4 outro lado, ela fazia um estrago social e cultural no mundo inteiro. Quando dizia que estava em
5 “pânico”, se referia à formação das pessoas. Talvez fosse uma visão muito convencional do que
6 era a realização do ensino e a produção do conhecimento, mas achava que deviam ter alguma
7 clareza do que aquilo poderia provocar. Confessou que, se assistisse a um seminário como aquele,
8 talvez perdesse um pouco daquela ideia, mas achava que tinham que investir naquilo. O conselheiro
9 **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** disse que parecia que o Turnintin já estava começando
10 a incorporar aquilo na checagem. Não era só o Chat GPT, havia uma série de outros. Disse que via
11 vídeos com recomendações de outras ferramentas, além do Chat GPT, para fazer os trabalhos da
12 faculdade. Achava que a Unicamp tinha que ficar atenta. A **Sra. Presidente** disse que tinha que
13 ficar alerta e ter conhecimento sobre aquilo. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro**
14 **(IG)** disse que a Unicamp já tinha muitas pesquisas sobre os impactos sociais da IA. No IG, havia
15 várias. Era uma questão de começarem a falar mais. A **Sra. Presidente** pediu sugestões de nomes
16 que já conhecessem, e que estavam por dentro daquela discussão. A **Sra. Cláudia Vianna Maurer**
17 **Morelli (FCM)** retomou a fala do Prof. Marko e comentou que tinha feito um teste com o Chat GPT.
18 Ele tinha criado um texto com um tema que tinha solicitado, e disse que tinha passado o texto em
19 um daqueles softwares de identificação de Chat GPT. Não tinha pegado. Ele tinha dado como único
20 em termos de similaridade, o que era outra preocupação, mas não tinha pegado. O conselheiro
21 **Prof. Sávio Souza Venancio Vianna (FEQ)** cumprimentou a todos e disse que, todo ano, em
22 agosto, tinham um workshop na FEQ, em que iam para um hotel e discutiam um tema. Naquele
23 ano, tinham discutido o Chat GPT. Tinham convidado o Anderson Rocha para conversar, que era
24 da casa e podia ser um nome para pensarem, portanto. Era engraçado ver o comentário do IEL,
25 porque viam as diferenças. Para a engenharia, ele era fantástico. Não era raso e não dava para
26 distinguir. Disse que trabalhava com medidor de dois jornais, e, na reunião que tinham tido,
27 internamente, a conclusão era de que o jornal não tinha a menor ideia de como pegar. Dito isso,
28 concordava com a Profa. Márcia que a ferramenta era fantástica. Precisariam saber como usá-la e,
29 para isso, teriam que repensar. O Anderson tinha trazido tudo aquilo para eles, mas era uma
30 impressão que também já tinha. Exemplificou que, se pedisse para ele escrever um programa de
31 computador para resolver determinada coisa, na linguagem, ele fazia e, na grande maioria das
32 vezes, rodava. Era assustador. A **Sra. Presidente** disse que era uma ferramenta que estava sendo
33 capaz de produzir algo que parecia válido, mas não era legítimo. O conselheiro **Prof. Sávio Souza**
34 **Venancio Vianna (FEQ)** concordou. A **Sra. Presidente** disse que não se lembrava se tinha sido

1 nos Estados Unidos ou na Inglaterra, mas parecia que tinha um Chat GPT para advogados, o que
2 era excelente. Se ele precisasse de um parecer sobre determinada coisa, por exemplo, colocava
3 no Chat GPT e o parecer saía pronto para ir para juízo. Tinham acabado de redefinir a profissão
4 dos advogados que faziam pareceres ou respondiam à demanda de juizes. O conselheiro **Prof.**
5 **Sávio Souza Venancio Vianna (FEQ)** disse que, na época da gripe suína, o SUS da Inglaterra
6 tinha criado um algoritmo, porque havia muitas ligações e o pessoal estava assustado. O usuário
7 respondia algumas perguntas no computador ou por telefone e o sistema determinava se ele tinha
8 a doença ou não, ou se a pessoa deveria ir para o posto de saúde. Atualmente, com alguns dados
9 de imagem de câncer, eles conseguem criar diagnósticos fantásticos. A impressão que tinha era a
10 de que tinha vindo para ficar. Achava que tinham que discutir e aprender usar. Informou que
11 passaria o e-mail com a sugestão de nome, que era o Anderson. A **Sra. Presidente** disse que o
12 Anderson era uma referência interna, inclusive. Pediu que enviassem aquelas referências. Não
13 precisaria ser só dali, ou seja, se tivessem colegas trabalhando com aquilo em outros Estados e
14 lugares, poderiam chamar. A **Sra. Maiane Teixeira Junqueira Neto (FEEC)** disse que estava tendo
15 formação na área e seu doutorado seria sobre aquilo. Tinha escrito um texto e encontrado, na
16 internet, uma ferramenta gratuita para checar se tinha sido escrito pelo Chat GPT ou por uma
17 máquina. O Turnitin do Chat GPT tinha falado que o texto de sua própria autoria tinha sido escrito
18 pelo Chat GPT. Então, tinha sido uma falha, pois o texto era seu. Da mesma forma que ele podia
19 identificar um texto escrito por máquina como sendo autoral, podia fazer o contrário também, como
20 tinha sido o seu caso. Tinha ficado indignada. No entanto, era maravilhoso para programar, porque
21 ele achava um erro em um código que tinha ficado por horas procurando. Portanto, ele tinha sua
22 utilidade, mas também assustava. Tinha visto uma pessoa que queria pleitear vaga de aluno
23 especial sugerindo entregar o projeto final da disciplina para o Chat GPT fazer. O descrédito
24 intelectual sempre iria existir, e o Chat GPT seria uma ferramenta excelente para o plágio. Era um
25 novo problema. A **Sra. Presidente** disse que a preocupação também iria naquela direção. Disse
26 que também teria ficado indignada de ser acusada de plagiar a ferramenta. Não somente a
27 transgressão era o problema, mas a própria produção do pensamento. Estavam recebendo
28 ferramentas que estavam simulando a produção do pensamento original. Era daquilo que se tratava,
29 na verdade, mas achava que poderiam discutir aquilo com os colegas. O conselheiro **Prof. Carlos**
30 **Henrique Inacio Ramos (IQ)** disse que gostaria de comentar um pouco de sua experiência recente
31 com aquilo. Uma das avaliações do seu programa de pós-graduação levava em conta, nos exames,
32 a produção de um documento, em que davam um tema e o estudante fazia o texto. Aquilo tinha lhe
33 chamado atenção já fazia tempo, porque, com aquelas ferramentas de linguagem, era possível
34 fazer o documento. Tinha ocorrido uma ampla discussão sobre aquilo, e tinham várias coisas na

1 internet, obviamente. Havia o próprio “Estudos Avançados da USP”, que logo tinha visto aquilo, se
2 reunido e discutido a questão. Era importante levar em conta que existiam várias daquelas
3 ferramentas em pontos distintos de evolução. Quando falavam em Chat GPT, o que estava
4 disponível era o Chat GPT 3.5. O usuário podia comprar e usar o 4, mas o 5 e 6 também já estavam
5 sendo utilizados, de alguma maneira. Cada vez mais, aquelas ferramentas produziam textos
6 melhores. Em testes de uma IA com outra, para saber se elas conseguiam reconhecer textos
7 produzidos por IA, os resultados mostravam que todas elas diziam que aquele material não tinha
8 sido feito por uma ferramenta de linguagem. Já tinham sido feitas algumas publicações criadas a
9 partir daquelas ferramentas também. Havia pessoas testando aquilo. Também havia vários vídeos
10 disponíveis sobre como aquelas ferramentas tinham sido construídas. A *Nature* mesmo havia
11 pedido para alguém fazer revisão de artigos, que consista em pegar um artigo e colocar direto na
12 ferramenta. A ferramenta fazia uma avaliação muito boa, inclusive. Aquilo estava em diversos níveis
13 e era extremamente rápido. A **Sra. Presidente** solicitou que enviassem aquelas sugestões para
14 montarem o seminário naquele semestre ainda, se fosse possível. Passou a palavra para a Sra.
15 Marli comentar sobre o treinamento do PROAP/PROEX. A **Sra. Marli (PRPG)** disse que o
16 treinamento com a CAPES sobre a prestação de contas de recurso PROAP/PROEX via auxílio seria
17 no dia 15 de agosto, das 14 às 16h. Aguardaria todos lá. Informou que haveria um link e que
18 reforçaria o envio dele na semana seguinte. A **Sra. Presidente** disse que era só um lembrete para
19 aquele treinamento que a CAPES iria fazer, de prestação de contas. Era bom, porque sempre
20 recebiam diligências de coisas de 5 ou 10 anos atrás. Aquela era a ideia do treinamento. Passou a
21 palavra para o Prof. Cláudio. O conselheiro **Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que,
22 há duas semanas, tinham tido uma reunião com uma diligência da CAPES, e gostaria de agradecer
23 à presença de toda a tripulação da PRPG, da Profa. Rachel e da Profa. Cláudia. Durante a
24 entrevista, tinha sido falado para focalizarem na questão da solidariedade como ponto de avaliação
25 dos cursos de pós-graduação. Eles tinham recordado a época em que existia o Minter e Dinter na
26 Unicamp, aqueles mestrados e doutorados institucionais. Pela maneira com que os professores e
27 professoras tinham falado, aquilo seria uma coisa importante na avaliação seguinte. Não tinha
28 certeza ou, talvez, estivesse se precipitando em relação àquilo, mas qualquer coisa que
29 demonstrasse a solidariedade dos cursos de pós-graduação para com outras instituições que não
30 tinham curso ou tradição em pós-graduação seria considerada importante na avaliação. Disse que
31 ela tinha lhe chamado muito a atenção para aquilo. Até tinha pedido para o pessoal da PRPG fazer
32 o levantamento de onde estava aquele edital para aquele tipo de programa, e tinham enviado para
33 ele. Achava que seria bom os cursos pensarem um pouco melhor naquilo, se tivessem a
34 possibilidade. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e informou que entrariam em contato com

1 os colegas da universidade que estavam envolvidos em coordenação de área da CAPES, o Prof.
2 Osvaldo, do IFCH, a Profa. Altair, da FOP, e a Profa. Nancy, ex-pró-reitora, do IMECC. Informou
3 que iriam convidá-los para vir à CCPG naquela para falarem um pouco daqueles direcionamentos
4 de áreas distintas. Seria um pouco antes do início do seminário de meio termo, e, por isso, achava
5 que seria interessante até para terem uma visão daquelas áreas diferentes da CAPES, algo como
6 o Prof. Cláudio havia acabado de fazer, ou seja, o que estava sendo pensado pela CAPES para
7 avaliação daquele quadriênio. O conselheiro **Prof. Antonio Carlos Rodrigues de Amorim (FE)**
8 disse que, aproveitando o assunto, os mestrados e doutorados profissionais ligados ao ensino eram
9 vinculados à CAPES na diretoria de educação básica, que tinha o Conselho Científico da Educação
10 Básica. Disse que era titular do CTC, da educação básica, que era onde se discutiam, por exemplo,
11 os mestrados e doutorados profissionais, além de outros aspectos que não tinham relação direta
12 com a pós-graduação. No entanto, se colocava à disposição, caso houvesse interesse, para os
13 programas institucionais de formação de professores, como residência pedagógica e PIBID. A **Sra.**
14 **Presidente** disse que não sabia que o Prof. Antonio era titular do comitê daquela área, o que era
15 perfeito. Agradeceu e disse que ele viria junto para fazer as observações. Iria confirmar com os
16 colegas se poderia ser na CCPG seguinte, mas, de toda maneira, já contavam com a participação
17 dele. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)** disse que faria um comentário breve
18 sobre as declarações de éticas. Havia diversas declarações de éticas distintas, que diversos
19 programas tinham que fazer. Alguns tinham mais, outros menos. Aquelas declarações envolviam,
20 por exemplo, a Comissão de Ética em pesquisa, patrimônio genético, as condições de
21 biossegurança e pesquisa com animais. Tinha lhe chamado a atenção que o aluno, desde o início,
22 já providenciasse aquelas declarações de ética. Era óbvio que o orientador iria orientá-lo sobre
23 quais pedir, mas, muitas vezes, aquilo dependia de algum seminário, até mesmo obrigatório, ou de
24 algum conhecimento. Às vezes, aquilo chegava de fora e tinham que tomar aquela decisão, ou,
25 então, levava 1 mês para a bolsa chegar e, naquele meio tempo, o aluno perdia o seminário. Sugeriu
26 que aqueles seminários fossem colocados de forma online, inspirado, por exemplo, no que tinha
27 acontecido com a covid ou com o patrimônio genético, que já tinha um seminário disponível.
28 Obviamente, era bom colocar demanda, mas também se colocava à disposição para ajudar, se
29 fosse necessário. A **Sra. Presidente** lembrou que, há alguns anos, antes da pandemia, tinham
30 sugerido que a PRP fizesse panfletos com pequenos informativos sobre experimentação de
31 animais. Na secretaria de pós-graduação, onde o aluno faria matrícula, já receberia aquilo e
32 assinaria um compromisso informando que já conhecia. Ele recebia o material. Suspeitava que a
33 pandemia tinha acabado com aquilo, porque tudo tinha ficado online. Achava que aqueles
34 procedimentos tinham se perdido e, talvez, não fosse o caso de ficarem fazendo folheto para aquilo,

1 mas de colocar um link para dar aquela informação. Então, iriam falar com a PRP para retomar
2 aquilo e incentivar que houvesse algum procedimento na secretaria de pós-graduação, a fim de que
3 o aluno, quando entrasse, pelo menos soubesse que tinha que ter determinado conhecimento ou
4 informação sobre os aspectos de ética. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)**
5 disse que os vídeos tinham sido produzidos durante a pandemia mesmo. Às vezes, até já estavam
6 prontos. A **Sra. Presidente** disse que aquilo era perfeito. Relembrou e solicitou que, quando
7 enviassem aquela instrução normativa, os coordenadores desse algum retorno com correções ou
8 sugestões. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **408ª**
Reunião Ordinária da CCPG, realizada em 13 de
setembro de 2023.